

Sarney não admite

intransigência do FMI

“Não podemos admitir que a intransigência dogmática de organismos financeiros internacionais imponha ao país uma política recessiva desnecessária”, disse o presidente Sarney, em cadeia nacional de rádio

e TV, segunda-feira, dia 22. Agora, trata-se de traduzir isto em medidas práticas para enfrentar o problema da dívida, o pior que o Brasil suporta. Pág. 3

Figueiredo era amigo de Baumgarten, revela a filha



Porque o BNH não deu certo

Na raiz da crise, um sistema feito para uma minoria faturar. Pág. 5

As razões da greve do INPS

Se o governo admite que a greve é justa, porque não cede? Pág. 6

EDITORIAL

A UNE mais forte

O regime militar tratava a União Nacional dos Estudantes como se fosse uma quadrilha de bandidos e considerava as reivindicações estudantis como caso de polícia. Dirigentes da UNE como Honestino Guimarães e Helenira Rezende foram assassinados pela ditadura, e muitos outros viveram anos na clandestinidade ou exilados em outros países.

O seminário sobre reforma universitária, promovido pela UNE, que teve início na última quarta-feira em São Paulo, marca uma nova fase na vida da entidade, assim como serve para demonstrar as mudanças em curso no país. O encontro tem a participação de mais de mil representantes de todo o Brasil e na abertura estiveram presentes dois ministros, o da Educação, Marco Maciel, e o da Cultura, Aloísio Pimenta, além de diversos secretários estaduais de São Paulo, deputados federais e estaduais.

Alguns, descontentes com o êxito da entidade, tratam de usar a presença dos ministros e outras autoridades para difamar a UNE. Dizem que esta presença significaria o atrelamento da organização estudantil ao governo. Um grupelho trotskysta e provocador chegou inclusive a tentar uma vaia ao ministro da Educação, caindo num isolamento ridículo. Para estes falsos defensores da “pureza”, o que melhor convinha aos estudantes era continuar com a UNE confinada nas sombras, sem condições de falar amplamente, sem ter o direito de expor suas propostas, sem oportunidade de pressionar e comprometer as autoridades governamentais com as mudanças exigidas para valorizar o ensino e a cultura no país.

A UNE tem uma longa e heróica história de luta. Sempre pautou a sua atividade pelo combate em favor da democracia e do progresso. Em particular nestes 21 anos de ditadura militar, manteve uma coerência exemplar. Ao mesmo tempo tratou de não se

isolar, não cair na gritaria estéril e no exclusivismo. Procurou agir em unidade com as demais forças democráticas e com as entidades sindicais e populares. Por isto mesmo, angariou uma simpatia e uma solidariedade invejáveis de todas as correntes de opinião pública. Nenhuma entidade nacional tem o prestígio e a vitalidade da UNE em nosso país. Mesmo entre os operários e os homens do campo, esta entidade goza de grande respeito e estima. Os estudantes têm inteira razão de se orgulharem dela.

Uma feliz coincidência fez com que no mesmo dia da abertura do seminário o presidente Sarney sancionasse a emenda Calmon, que consagra 13% do orçamento nacional para a educação. Esta é uma vitória sobretudo da UNE, que batalha há anos neste sentido.

A UNE sempre foi reconhecida pelos estudantes universitários como sua única entidade nacional. As inúmeras tentativas de dividi-la, tanto por parte da ditadura como de certas correntes sectárias, foram cabalmente rechaçadas. Fruto desta luta de muitos anos, a entidade é agora reconhecida também pelo governo. É um grande êxito. A atuação legal e a postura democrática da Nova República, abrem maiores possibilidades de ligação com as massas estudantis e dá à UNE um poder de pressão muito maior.

É videntemente que vale a advertência de que existem correntes, dentro do movimento estudantil e no governo, interessadas em colocar a entidade a reboque dos poderosos. Os próprios “puristas”, que não querem a presença das autoridades em qualquer evento estudantil, trabalham na prática para enfraquecer e isolar a UNE, o que na verdade a colocaria impotente diante do governo e da democracia.

Com a linha atual, firme, independente, mas unitária, e aberta ao diálogo com a Nova República, a UNE mantém-se fiel à sua tradição.

Foto: César Diniz



“A UNE vai lutar e o ensino vai mudar”

Estudantes de todo o Brasil se atiram ao debate da reforma universitária, num seminário onde, pela primeira vez desde 1964, dois ministros comparecem. Página 7

Fidel se empenha em “salvar o capitalismo”

As palavras são do próprio Fidel Castro, ao falar do problema da dívida externa dos latino-americanos. Leia na página 2

3 milhões vegetam nos cortiços de São Paulo

Uma grande parte da classe operária mora nesse tipo sufocante de sub-habitação, sem luz, nem ar, explorada pela próspera “mafia dos cortiços”. Última página

Foto: César Diniz



No Largo 13, São Paulo, operários apoiam a campanha em massa ao Partido Comunista do Brasil

PC do B faz a 1ª Convenção Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois A convenção em Salvador e a campanha de ilações em São Paulo, na página 3

Fidel abandona a revolução e quer salvar o capitalismo

No último dia 18 terminou, em Havana, uma reunião de 313 sindicalistas oriundos de 35 países da América Latina e Caribe. Patrocinada por Fidel Castro, a reunião destinou-se a discutir a dívida externa dos países latino-americanos. Mas seus resultados - e as posições do dirigente cubano - estão longe de ser revolucionárias e de apontar para uma solução desse grave problema que flagela nossos povos.

Apesar das palavras retumbantes, Fidel está distante das posições revolucionárias que o levaram ao poder em 1959. Ele tem alardeado uma política de enfrentamento em bloco, dos países endividados, frente aos credores. Mas quando apresenta

uma proposta concreta de solução para a dívida externa, sua panacéia é atrasada e absolutamente reformista. No próprio encerramento da reunião dos sindicalistas, o ex-guerrilheiro de Sierra Maestra não teve pejo em dizer que "mais importante

do que promover novas revoluções" é "ajudar os países capitalistas ricos, o FMI, para que continuem a fornecer empréstimos"!

"SALVAR O CAPITALISMO"

A verdade é que Fidel Castro, apesar de pertencer a um partido que se diz comunista e dirigir uma ilha que pretensamente é socialista, está em oposição à revolução proletária e ao socialismo. Em recente entrevista a um jornalista brasileiro, ele afirmou sem papas na língua: "Não estou sonhando alto, nem me encharquei em rum. Tenho um esquema maduro, refletido, recozido, perfeitamente viável, para não dizer inadiável, sem alternativa. Um esquema para salvar os bancos e não apenas os mutuários. Uma proposta de salvação do capitalismo, antes da derrocada que se aproxima, no mais tardar em 1988".

O falso socialista acrescentou: "Moratória ou calote é recurso supremo, sem alternativa. As alternativas de renegociação existem e devem ser esgotadas". Não escondeu quais são seus objetivos: "Estamos projetando, por linhas tortas, a salvação dos bancos. (...) Por que não salvar o capitalismo dos pobres e dos ricos pelo restabelecimento das regras do jogo do próprio capitalismo?"

Como se vê, estamos diante de um "revolucionário" que defende a renegociação da dívida externa e o restabelecimento das regras do jogo do capitalismo - isso quando são exatamente as regras do jogo do capitalismo que estão prevalecendo e que, por suas

contradições insolúveis, levaram à situação de exploração, miséria e opressão para a imensa maioria da população do globo.

ILHA CAPITALISTA

A própria Cuba de Fidel está metida até a medula em relações econômicas capitalistas. Tão rápido como abraçou as posições proletárias nos primórdios da revolução cubana, Fidel as abandonou. A ilha foi atrelada à economia e aos ditames do social-imperialismo soviético. Baseando sua economia na exportação da cana, enveredou pela dependência do mercado externo - oscilante e dominado pelos oligopólios imperialistas. Cuba consome somente 6% do açúcar que produz, e os preços dete produto no mercado sofrem acentuada queda.

A pequena ilha ostenta, hoje, uma dívida externa de 3,4 bilhões de dólares para países como Canadá, Japão e França. Com o bloco soviético, a dívida é de cerca de 22 bilhões de dólares! E apesar da falácia de Fidel em torno do "enfrentamento" aos credores, ano a ano os dirigentes cubanos vão de pires nas mãos renegociar seus débitos com os banqueiros.

Em 1982, vergando-se às pressões dos credores, Fidel assinou o primeiro decreto sobre investimentos estrangeiros no país, garantindo "a livre transferência para o exterior de recursos relativos ao pagamento de dividendos e/ou lucros líquidos obtidos".

Estão longe os tempos da II

Declaração de Havana, de 1962, quando o companheiro Che Guevara proclamava o direito dos povos à revolução e chamava as massas da América Latina a se erguer em armas contra os monopolistas ianques e a reação interna. Já não correm os dias em que Cuba divulgava que "o dever de todo revolucionário é fazer a revolução".

POSIÇÕES OPORTUNISTAS

Agora Fidel proclama em alto e bom som: "Não queremos que os bancos entrem em falência, pois precisamos que nos emprestem mais." E o que são esses empréstimos? Como afirmou o Partido Comunista do Brasil em seu 6º Congresso, "o instrumento principal de subordinação e espoliação dos povos, largamente utilizado pelo imperialismo, são os empréstimos a juros elevados. (...) Premidas pela necessidade de créditos e recursos para o pagamento de juros e amortizações de dívidas, as nações devedoras sujeitam-se ao arbítrio dos credores".

Não é possível concordar com as propostas de Fidel. Na época do imperialismo e das revoluções proletárias, ele propõe "a salvação do capitalismo". Lênin já alertava os operários e revolucionários contra "as pessoas que não querem compreender que a luta contra o imperialismo é uma frase oca se não for indissolivelmente ligada à luta contra o oportunismo". E as atuais posições do dirigente cubano cheiram ao mais puro e abjeto oportunismo a serviço do capitalismo - em particular, do revisionismo de Moscou.

(Carlos Pompe)



Ilustração: Rainer Hachfeld - Alemanha

Dívida externa de US\$ 1 trilhão

A situação econômica e financeira dos países em desenvolvimento torna-se cada vez mais grave em decorrência da pirataria imperialista. Sua dependência em relação ao capital financeiro estrangeiro aumenta a cada ano. Até o fim do ano essas dívidas ultrapassarão os 970 bilhões de dólares, contra 900 bilhões no fim do ano passado. Apenas para pagamento das taxas de juros os países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina foram obrigados a desembolsar em 1984 mais de 92 bilhões de dólares.

Assassinatos em El Salvador

Durante o primeiro ano de governo salvadorenho de José Napoleon Duarte - junho de 1984 a maio de 1985 - 1.708 pessoas "morreram violentamente, executadas de forma arbitrária, coletiva ou separadamente, por membros das forças armadas governamentais e grupos para-militares", segundo informe da organização jurídica, divulgado esta semana na capital mexicana. Neste total de mortos não estão incluídos os guerrilheiros e soldados mortos em combates, mas apenas os civis não-combatentes.

Desemprego e prisões no Chile

No Chile 492.000 pessoas estão desempregadas no país, o que representa 12,8% da força de trabalho. Outras 337.000 pessoas recebem um salário-desemprego de cerca de 100 mil cruzeiros em troca de pequenos serviços de limpeza pública, mas não são consideradas como desempregadas pelas estatísticas governamentais. Os dados oficiais, estão aquém da realidade, segundo os setores oposicionistas chilenos.

Cerca de 15 pessoas, a maioria delas mulheres, foram presas durante uma manifestação realizada no início da semana pela Associação dos Familiares de detidos-desaparecidos, em frente ao palácio do governo. Segundo organizações de direitos humanos, desde o golpe militar de 1973, 760 pessoas desapareceram após serem presas.

Capitalismo saqueia a África

O continente africano dedica 30% do produto de suas exportações para pagar os juros de sua dívida externa e 20% para comprar alimentos no Exterior, segundo afirmações do diretor-geral da FAO, Edouard Saouma, perante o Conselho Econômico e Social da ONU. Cerca de 100 milhões de africanos de um total de 540 milhões, vivem de alimentos importados.

Marrocos prende os opositores

Uma lista com 360 nomes de presos políticos foi apresentada esta semana ao Parlamento marroquino pela liga de Defesa dos Direitos Humanos, com a ressalva de que não é completa nem oficial. Segundo fontes jurídicas, o número de presos políticos no país é de cerca de 900.

Nativos usados contra a guerrilha

O Exército das Filipinas tem armado e treinado membros das inúmeras seitas religiosas da ilha de Mindano, no sul do país, para usá-los no combate aos guerrilheiros do Novo Exército do Povo. Em meio à miséria de Mindano, atuam cerca de 40 seitas religiosas, algumas bastante primitivas. Em abril passado, os "ilagas", uma seita canibal, e os "petungs", atuais integrantes da polícia, a serviço do governo, assassinaram um missionário italiano, considerando parte de seu cérebro como troféu.



Fidel quer "ajudar os países capitalistas ricos, o FMI"

Prisões e mortes na África do Sul

Mais de 12 mortos e de 500 prisões foi o saldo de cinco primeiros dias de "estado de emergência" decretado dia 20 pelo governo racista de Piether Wilhelm Botha, da África do Sul. O recrutescimento da repressão torna ainda mais tensa a situação do país, onde os 23 milhões de negros e mais de três milhões de mestiços e pessoas de origem asiática rebelam-se contra a odiosa exploração e opressão de que são vítimas.

Com o "estado de emergência", o governo do apartheid se arvora no direito de prender qualquer pessoa sem mandato judicial, invadir casas, proibir reuniões, censurar a imprensa e impor o toque de recolher. Com isso, inúmeros opositores viram-se obrigados a viver na mais estrita clandestinidade.

O governo norte-americano de Ronald Reagan,



Além da repressão indiscriminada, o apartheid quer também impedir o nascimento de negros

principal aliado dos racistas sul-africanos, afirmou que não mudará sua política de apoio a Piether Botha. O

porta-voz da Casa Branca, Larry Speakes, condenou veementemente as sanções econômicas aprovadas no

Congresso dos Estados Unidos contra a África do Sul. Speakes considerou-as um "método errado", e defendeu

"Falashas" são vítimas do racismo em Israel

Recentemente as agências de notícias divulgaram que os falashas, negros etíopes considerados judeus por Israel, realizaram uma marcha de protesto na Judéia do Norte. A imprensa imperialista atribuiu o protesto ao fato de que o Grão Rabinato - máxima autoridade religiosa judaica - exigiu que os falashas se submetessem ao banho ritual, para serem reintegrados em Israel. Mas isso é apenas parte da verdade.

O que ocorre é que também os falashas estão sendo vítimas do racismo dos sionistas. Bandos religiosos integristas impedem que os falashas façam suas orações no Muro das Lamentações. O prefeito de Eliat negou assistência aos etíopes: "Não queremos negros aqui", disse. E acrescentou: "É evidente que eles só poderão trabalhar como empregados nos hotéis. De

qualquer jeito, eu pedi que só fossem enviados para cá aqueles que saibam cantar ou dançar, para organizarem grupos folclóricos para os turistas". Os falashas também estão sendo obrigados a abandonar seus costumes e sua língua milenar para adotarem o hebraico nos "centros de reabsorção", onde sofrem uma verdadeira lavagem cerebral perpetrada pelos sionistas. O Grão Rabinato impede o casamento de negros com brancos e os falashas estão proibidos de frequentar algumas escolas, exclusivas para judeus brancos.

Não bastasse a agressão racial, cultural e religiosa, os falashas ainda são vítimas dos projetos expansionistas de Israel no Oriente Médio. Nesse sentido, sofrem uma ignóbil doutrinação antiárabe e antipalestina. Um jovem falasha, apenas quatro meses após ter sido levado para

Israel, declarou: "Lá, na nossa terra (Etiópia), nos diziam que em Jerusalém o que caía no chão se transformava em ouro. Eu pensava também que aqui não havia árabes. Aí fiquei louco." Outro falasha disse: "Os palestinos são doidos, se pensam que vão voltar para suas casas".

Os falashas estão sendo treinados militarmente para reprimir os palestinos que moram em Israel. Sintomático é o fato de que o chefe do Departamento de Imigração da Agência Judaica tenha anunciado que os etíopes iriam para os territórios ocupados, onde há muitos palestinos...

Quando os falashas foram transferidos para Israel, foi anunciado com estardalhaço o "ato humanitário" que os sionistas estariam realizando. Mas a verdade é que os designios dos racistas de

Israel pouco têm de humanitários. Para justificar sua "ajuda" aos etíopes, Israel organizou a transferência dos falashas de suas regiões nativas - que não eram das mais atingidas pelo flagelo da seca na Etiópia - para outras, onde a fome campeava. Só nessa transferência, 1.800 falashas morreram segundo o jornal

londrino Sunday Times.

Agora torna-se ainda mais claro que, por trás dos "ideais nobres" da chamada "Operação Moisés", que levou 9 mil falashas para Israel, estavam mesmo os interesses de dominação e opressão dos sionistas no Oriente Médio, a serviço do patrão imperialista norte-americano.



Falashas, são treinados para reprimir os palestinos em Israel

Ele não rompe com o FMI. Mas esperneia

José Sarney falou grosso com os banqueiros e o FMI, ao tratar a "difícil negociação da dívida externa", dia 22, em cadeia nacional de rádio e TV: "Não podemos admitir - disse - que a intransigência dogmática de organismos financeiros internacionais imponha ao país uma política recessiva desnecessária". Mas falta tirar as consequências práticas disso...

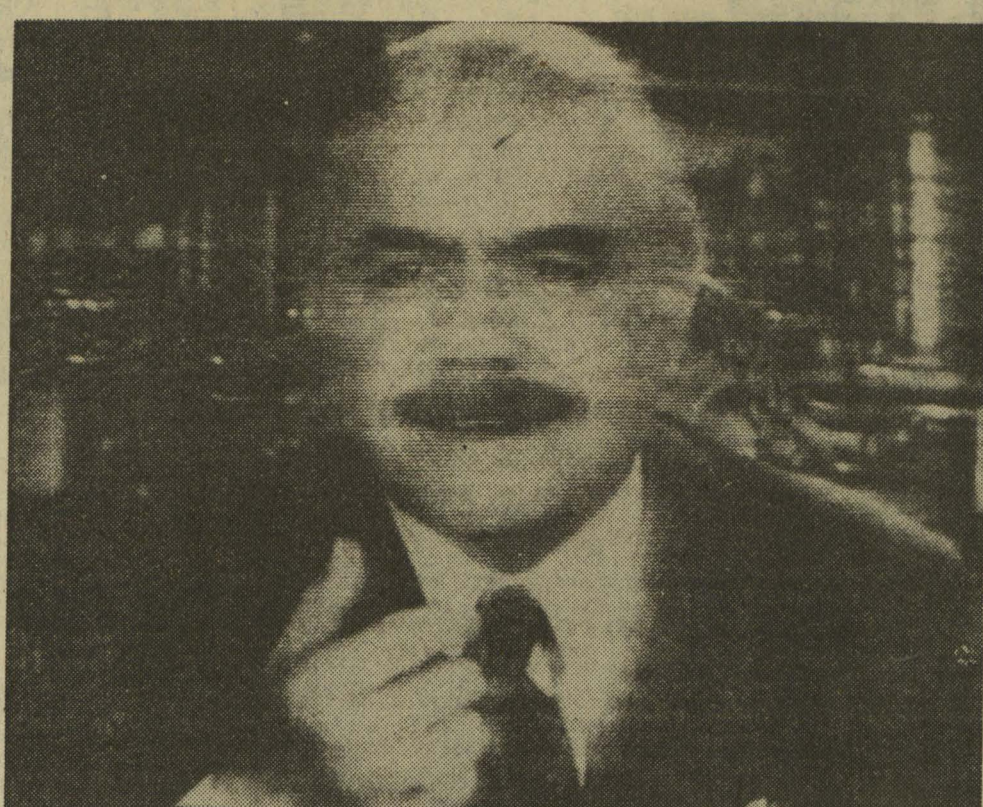
Sintomaticamente, a questão do endividamento externo foi tratado no capítulo que fala da "Soberania e Independência". O novo governo afirma sem rodeios que "a dívida tem um patamar político", como disse Sarney, ao contrário do que faziam os generais presidentes, e do que recomendam os banqueiros, a cúpula do FMI e o próprio Ronald Reagan.

A partir dessa visão, Sarney prometeu, para uma audiência de 50 milhões de brasileiros: "Não vacilaremos em ser firmes. E seremos".

A DÍVIDA É O GRANDE NÓ

A importância de uma firmeza sem vacilações diante dos banqueiros imperialistas ficou patente no próprio texto do pronunciamento. Embora a parte especificamente dedicada à dívida tenha ocupado apenas dois dos 28 minutos da fala presidencial, praticamente todos os itens abordados tinham como pano de fundo o angustiante problema (ver matéria abaixo).

Sarney propôs um "grande acordo nacional do qual o povo será a alavanca" e enumerou "cinco pontos fun-



José Sarney, aos credores: "Não vacilaremos em ser firmes"

damentais" para efetivá-lo: Liberdade, Desenvolvimento, Opção Social, Identidade Cultural, Soberania e Independência. Porém em cada um desses pontos projeta-se a sombra tenebrosa da dominação estrangeira. Mesmo a liberdade política recém-conquistada, que para o presidente precisa ser também "a liberdade que não permita a morte pela fome", termina por chocar-se com a dívida.

No dia seguinte à fala de Sarney, uma missão do governo brasileiro retornava dos Estados Unidos com más (embora previsíveis) notícias. Os

banqueiros e o FMI não cogitam desamparar o nó que passaram no pescoço do Brasil. Nem admitem limites para o pagamento de juros, como o de 8 bilhões anuais, apresentado pelo governador Franco Montoro como o máximo suportável, em recente declaração à "Gazeta Mercantil". A receita dos credores é: se viem e tratem de seguir à risca tudo que o Fundo mandar.

SARNEY E O POVÃO

Do ponto de vista do povo brasileiro, arrochado, desempregado,

faminto e desassistido, é evidente que não tem cabimento seguir semelhante receita, apenas para tentar saciar a voracidade dos banqueiros. E é isso que explica a atitude de expectativa simpática que a opinião pública adota diante da linguagem de Sarney frente aos credores - mais dura inclusive, diga-se de passagem, do que aquela usada por Tancredo Neves.

No mesmo dia em que foi ao ar a fala presidencial, o Instituto Gallup divulgava pesquisa realizada em 206 municípios de 22 Estados, sobre o índice de popularidade de José Sarney. E concluiu que ele tem a aprovação de 57% dos brasileiros, seis pontos a mais que os 51% aferidos em abril.

O OVO E A GALINHA

De onde surge esta simpatia, facilmente confirmável também a olho nu? Certamente não é pelos belos bigodes do presidente, nem de uma imagem fixada anteriormente, ou, menos ainda, de um estado de satisfação geral do povo com a situação do país. Simplesmente, as grandes massas do chamado povão sentem uma identidade entre o sentido das intenções de Sarney e aquilo que elas acreditam ser as saídas para a crise brasileira.

Sarney deve ter somado mais alguns pontos ao declarar francamente ao país que herdou "a maior crise política da história brasileira; a maior dívida externa e a maior inflação que já tivemos", ao mostrar que a metade da nossa população recebe menos que 3% da renda nacional e que o desemprego aberto atinge 13 milhões de pessoas.

Falta ainda contudo - e o pronunciamento do dia 22 espelhou bem isso - transformar as intenções em medidas efetivas.

É certo que Sarney tem razão quando se queixa de que falta ao seu governo uma sustentação política mais sólida (ver TO nº 227) para concretizar as mudanças prometidas. Daí sua insistência num "grande acordo nacional", agora com a explicitação de que nele "o povo será a alavanca".

Porém este raciocínio não pode conduzir a um círculo vicioso, como na história de quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha: o governo não parte para mudanças concretas, por falta de sustentação política; e não galvaniza esta sustentação, por ausência de medidas capazes de levantar a opinião pública em seu apoio.

As iniciativas capazes de alicerçar o acordo proposto, com base popular, estão ao alcance do governo.

No capítulo da liberdade, o povo daria apoio integral, por exemplo, à revogação da Lei Fascista de Segurança Nacional. Na esfera do desenvolvimento, ao invés de elogios à "iniciativa privada" e cercamentos às estatais, o que se prega são medidas concretas de combate ao desemprego e incentivo ao mercado interno. Na área da opção social já há iniciativas práticas anunciadas, com destaque para o Plano de Reforma Agrária, cuja repercussão positiva entre os trabalhadores é imensamente maior do que parece para quem ouve a barulheira orquestrada pelo latifúndio.

E em lugar de destaque, condicionando em boa parte a ação governamental, aparece a questão da dívida. Não seria errado dizer que o êxito do governo Sarney dependerá em primeiro lugar da firmeza prática que ele terá ao enfrentar nossos insaciáveis credores.

Dívida arrasa a economia e agrava a fome do povo

Torna-se cada vez mais aceso o debate em torno do problema da dívida externa brasileira. O pagamento dos compromissos assumidos pelos governos militares com os banqueiros internacionais só pode ser realizado literalmente às custas do crescimento da miséria e da fome dos trabalhadores.

Atualmente a economia do país funciona sob o completo controle da dívida. Praticamente nenhum setor está alheio a esta dominação, exercida até mesmo formalmente, através do FMI, que fiscaliza e orienta a política econômica brasileira e de outros países nas mesmas condições.

Bilhões de dólares transferidos para as mãos de agiotas

O endividamento garante uma gritante espoliação imperialista dos povos. A geração de divisas (dólares) para o pagamento dos empréstimos exige que uma parte considerável das riquezas produzidas no país seja transferida para o exterior, em benefício dos grandes capitalistas e, em particular, dos EUA.

Há o agravante de que, não ocorrendo um aumento proporcional do produto global gerado, isto só se realiza por intermédio da violenta compressão do mercado interno. A transferência líquida de recursos do Brasil para outros países vem se dando em um volume gigantesco, tendo como contrapartida a redução proporcional dos investimentos e do consumo interno. Estimativas oficiais mostram que, em 1984, a transferência de riquezas acarretou uma queda de 29,7% no investimento e 6,3% no nível global de consumo interno, sendo equivalente a 5,2% do Produto Nacional Bruto (PNB).

Esse processo se dá através dos grandes superávits comerciais, facilitado pelo estímulo sem precedentes concedido à produção de bens e serviços voltados para a exportação, ao mesmo tempo em que se deprime a importação, com resultados desastrosos para a nossa economia. Conforme informações da Cacex, na última década o Brasil pagou 60 milhões de dólares (aproximadamente Cr\$ 3.693.000 para cada habitante) só de juros aos banqueiros. Em 1984, foram pagos 11 bilhões de dólares - 42% da receita obtida com a exportação (US\$ 23 bilhões); em 1982, a relação entre exportação (US\$ 20,1 bilhões) e o pagamento de juros (US\$ 12,5 bilhões), foi ainda pior, de 62%.

No primeiro semestre deste ano, o superávit comercial foi de US\$ 5,5 bilhões e até o final de 85 está previsto a obtenção de um saldo positivo da ordem de 13,7 bilhões de dólares (com as exportações somando US\$ 25,6 bilhões e as importações, US\$ 13,6 bilhões). Embora as contas possam parecer favoráveis, a verdade é que só de juros o país terá que pagar US\$ 10,7 bilhões; de outros serviços (inclusive tretos), US\$ 3,05 bilhões; de amortização, 1,6 bilhão de dólares e, com tudo

isso, sobrarão US\$ 8,2 bilhões do principal da dívida vencendo até 31 de dezembro, que terão de ser refinanciados, gerando novos juros, outras taxas, novas dívidas e garantia da dependência, como uma bola de neve.

O ex-diretor do Banco Central, Sérgio Silva Freitas, calculou que o Brasil remete anualmente para pagar a dívida o equivalente "ao superávit da venda de 4 milhões de automóveis". Mas, para compensar, como ele mesmo disse, "temos em troca apenas a recessão e crise de consumo".

Entre 1980 a 1984, a renda nacional por habitante caiu 11%, o emprego e a massa de salários na indústria sofreram uma queda de 20%, tudo para assegurar a transferência de recursos para o exterior, que, de quebra, pressiona as taxas de inflação (a fim de aumentar a competitividade das mercadorias no mercado exterior e reduzir o poder aquisitivo internamente). Até hoje, a despeito da tímida "recuperação" de 1984 não se chegou ao nível de produção de 1980. O próprio presidente José Sarney informou à Nação que o desemprego aberto no país (o que exclui o subemprego) atinge 13 milhões de trabalhadores; o salário mínimo continua caindo ano a ano e é hoje igual à metade do que valia em 1940, segundo o Dieese.

Cada vez os juros pesam mais... e os salários menos

O decréscimo relativo dos salários em comparação com outros países também foi aprofundado. O custo unitário do trabalho (dado pela massa de salários dividida pelo valor da produção) na indústria do Brasil em relação ao Japão era cerca de 95,8% em 1982, passou para 71,5% em 1985 (queda de 28%) e ao conjunto dos países capitalistas da Europa, de 80,6% em 82 e 53,4% neste ano, com redução de 33,7%.

A dívida tem também um grande peso no desequilíbrio do orçamento público. Os encargos financeiros deste setor (pagamento dos serviços e amortização das dívidas externa e interna contraídas pelas estatais e os governos federal, estaduais e municipais) chegaram este ano a cerca de Cr\$ 100 trilhões, sendo que dois terços deste total, ou Cr\$ 70 trilhões, são provenientes de empréstimos tomados no exterior.

Esses encargos têm sido crescentes: se em 1983 representavam 12% dos dispêndios públicos, hoje montam a 19%, enquanto as despesas com pessoal foi reduzida de 22% em 83 a 18% atualmente, em decorrência principalmente do arrocho sobre os vencimentos do funcionalismo.

Para equilibrar suas contas, o governo tem recorrido a cortes nos gastos públicos em geral e, particularmente, nas estatais e na Previdência.

Por isso, entre outras coisas diz-se hoje que não há recursos para atender às justas reivindicações dos previdenciários. Dentro deste quadro, os trabalhadores do setor revidam com a justa pergunta: "E para pagar os agiotas internacionais? É sagrado?"

Cabe acrescentar que os problemas causados pelo endividamento do país têm sido consideravelmente aumentados em decorrência do aprofundamento da utilização do tradicional mecanismo da troca desigual para acentuar a espoliação imperialista. A comissão criada por Tancredo Neves para levantar a situação da economia brasileira elaborou um documento onde concluiu que "o país deve o dobro do que estaria devendo sem a deteriorização das relações internacionais de troca e sem a violenta elevação das taxas de juros".

Já a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), da ONU, demonstrou em um recente estudo que os termos do intercâmbio comercial estão tão péssimos para os países dependentes como na década de 30. Se os países da América Latina voltassem a vender seus produtos aos preços reais vigentes nas décadas de 50 a 70 poderiam aumentar o valor das suas exportações em 40% automaticamente, mantendo o mesmo volume de mercadorias comercializadas com o exterior atualmente.

A crise na agricultura (onde a produção está estacionária desde o final da década de 70 até hoje) foi consideravelmente agravada em decorrência da dívida. Além das restrições impostas aos investimentos na economia em geral, em particular o estímulo à exportação não levou a uma migração natural do capital para culturas destinadas ao comércio externo. Entre 1892 a 1985, por exemplo, a área plantada de soja cresceu 19,4%, enquanto a do arroz, seguindo a tendência de todas as culturas voltadas para o mercado interno, declinou 12,8%.

Tirando da boca do povo para encher a pança dos gringos

Para forçar a queda do consumo foram utilizados inclusive alguns expedientes escabrosos. O exemplo da carne é ilustrativo: as exportações deste produto saltaram de 5.726 toneladas, em 80, para nada menos que 174.501 toneladas em 1984 (elevação superior a 3.000%), graças à drástica redução do consumo interno, que desceu de 21 quilos por pessoa ao ano para 13,8 Kg no período.

Além de desemprego e do arrocho salarial, contribuiu em muito para esse "belo resultado" os estímulos extras e artificiais dados pelo governo Figueiredo, como o aumento da alíquota do

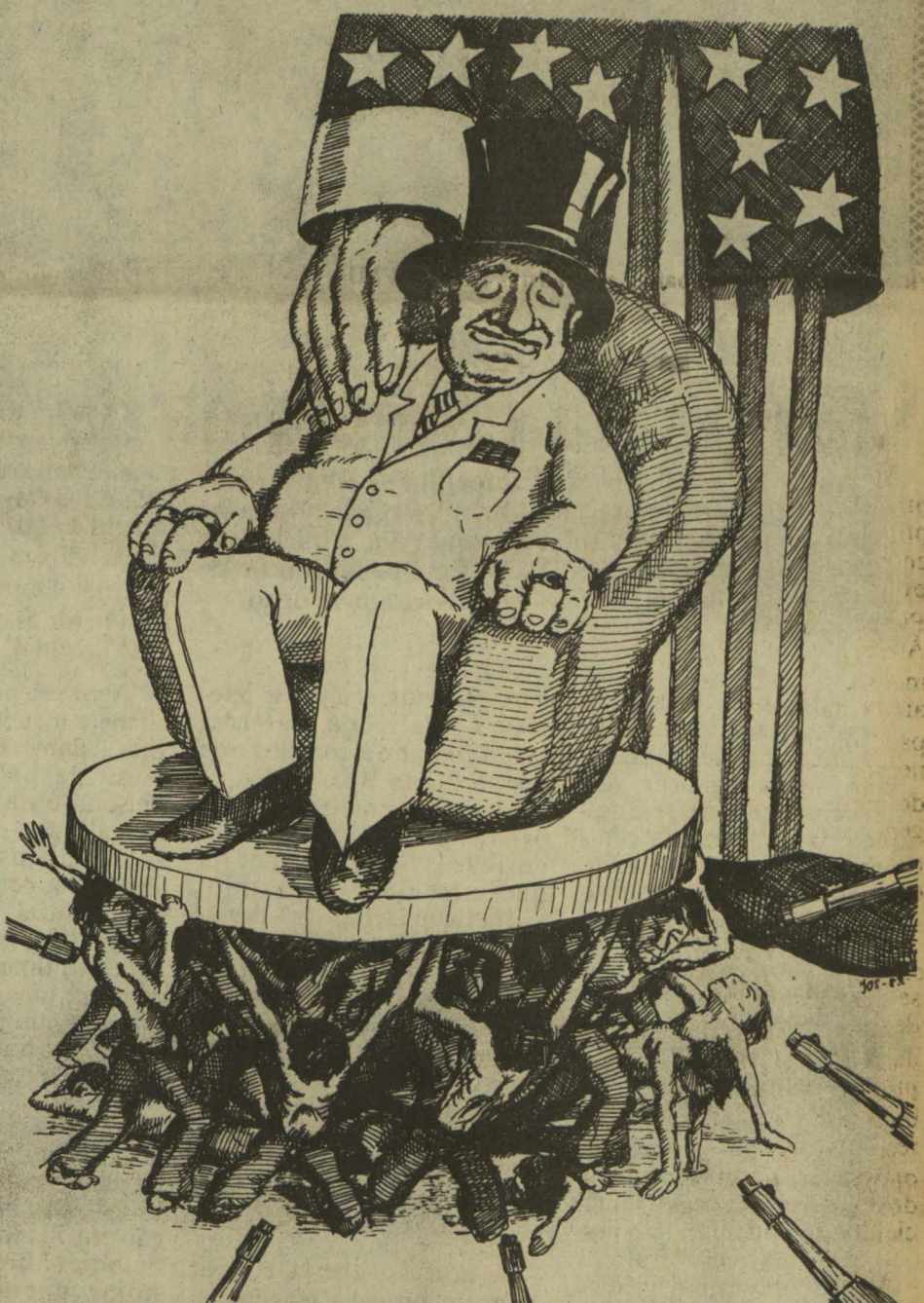


Ilustração: Jen Olof Sandgren - Suécia

ICM da carne destinada ao mercado interno e a instituição do crédito-prêmio de 9% sobre o valor da exportação, acompanhada, ainda, pela isenção do ICM. Ao mesmo tempo, os preços externos baixaram de US\$ 3.288,2 a tonelada em 80 para US\$ 1.728,9 no ano passado, fazendo com que os subsídios, além de onerarem outros setores da economia, só beneficiassem os importadores.

Provocou-se, assim, ainda mais fome e miséria no país. Atualmente, a fome atinge nada menos que 90 milhões de brasileiros, segundo dados do Ministério da Agricultura, que divulgou um estudo onde afirma que este problema só será resolvido "quando forem atingidos níveis adequados de emprego e salário para a população urbana, e conferida maior importância à valorização dos produtos agrícolas de consumo interno".

Diante de todo este quadro, é justo indagar quais os benefícios que a nação e o povo receberam com o endividamento brutal, que tantos sacrifícios tem imposto aos brasileiros. É preciso investigar o caráter e os beneficiários dos compromissos com a comunidade financeira internacional (assumidos na quase totalidade

durante o regime militar).

A CPI formada na Câmara Federal para investigar as causas da dívida externa dá boas indicações sobre isto. Conclui que apenas 15% dos empréstimos contraídos (ou seja, cerca de 15 bilhões de dólares, valendo relembra-los que o país, só na última década, pagou US\$ 60 bilhões em juros) podem ser considerados legítimos; o resto foi por conta das taxas de juros escorchantes, manobras contábeis e as "comissões" ou "caixinhas" (algumas nos moldes cobrados na popular "Embaixada 10%" do senhor Delfin Netto).

Mas foi o insuspeito "Internacional Reports" (órgão subsidiário da revista "Financial Times", da burguesia londrina), quem disse: "Existe uma impressão generalizada nos EUA, Europa e Japão de que a dívida brasileira foi acumulada em parte devido à corrupção" (...) "a desvios para contas particulares na Suíça". Evidentemente essas são informações que o povo tem pleno direito de conhecer e a Nova República tem por dever divulgar em detalhes para que a forma de enfrentar a dívida seja decidida pelos que verdadeiramente vivem hoje sob o peso da fome e miséria crescentes: os trabalhadores brasileiros.

Convenção mostra a força do PC do B em Salvador

Mais de mil pessoas lotaram o auditório da Associação dos Funcionários Públicos da Bahia durante a Convenção do Partido Comunista do Brasil em Salvador, dia 21. Foi a primeira convenção municipal do PC do B, após quase 40 anos de clandestinidade. Os comunistas aprovaram, por unanimidade, a coligação com o PMDB nas eleições municipais.

O presidente regional do PMDB, Marcelo Cordeiro, e o candidato a prefeito, Mário Kertesz, foram convidados para a convenção do PC do B. Na oportunidade, selaram a unidade ameaçada desde as convenções zonais do PMDB, em 7 de julho, quando Marcelo foi derrotado. Aos gritos entusiasmados de "O povo unido, jamais será vencido", as pessoas que lotavam o auditório da Associação dos Funcionários Públicos saudaram o abraço entre Cordeiro e Kertesz. Marcelo Cordeiro assegurou que não poderá se "demitir do dever" de garantir a unidade para as eleições de novembro e para a conquista do governo do Estado, em 1986.

A convenção do PC do B aprovou por unanimidade a coligação com o PMDB nas eleições de novembro em Salvador. Foi referendada, igualmente, a carta política definindo o apoio a Kertesz para prefeito e à líder da bancada do PMDB na Câmara de Vereadores, Lídice da Mata, para vice.

Todos os oradores destacaram o papel do partido dos comunistas, da classe operária, nas lutas populares e na unidade das oposições na Bahia e no Brasil. O candidato a prefeito, Mário Kertesz, destacou que a aliança com o PC do B não será meramente eleitoral, mas "nos levará a lutas maiores na Bahia e no Brasil". No mesmo

tom, Marcelo Cordeiro afirmou que a aliança PC do B - PMDB não era "efêmera, mas sólida, irmanada pela solda das lutas populares".

UNIDADE PROGRESSISTA
A mesa dos trabalhos, dirigida pelo presidente da Comissão Regional Provisória do PC do B, Olival Freire, pela secretária Loretta Valadares e pelo dirigente nacional, Péricles de Souza, foi demonstração de amplitude e de respeito ao partido dos comunistas. Além de Mário Kertesz e Marcelo Cordeiro, integraram-na o presidente da Câmara, Ib Matos; a líder da bancada do PMDB, vereadora Lídice da Mata; os vereadores Eliana Kertesz, Ignácio Gomes, Ivan Ramos, Sérgio Oliveira, Emerson Palmeira, Jane Vasconcelos, Ney Campelo, Messias Souza (de Feira de Santana), além de sindicalistas, lideranças populares, do deputado estadual Luiz Nova, deputado federal Mário Lima, e do diri-

gente nacional do PC do B, Renato Rabelo, representando o presidente da Comissão Nacional, João Amazonas.

Na carta política lida ao final do encontro pelo deputado federal Haroldo Lima, os comunistas reforçaram a necessidade da unidade das forças democráticas e progressistas para consolidar a Nova República, enfrentando as "forças retrógradas que se articulam aberta e afrontosamente para impedir as mudanças que a nação reclama".

COMPOSIÇÃO POPULAR

Ao reafirmar seu apoio a Kertesz, o PC do B diz que "na busca verdadeira e sincera da unidade, deve-se levar em conta, em primeiro lugar, o programa político em torno do qual se faz a unidade, a pauta de compromissos, gerais e específicos, que formaliza o pacto; e, em segundo lugar, as condições do eventual candidato ser fator de aglutinar forças e ser viável eleitoralmente".

A convenção do PC do B teve ampla repercussão na cidade, ocupando espaço nos noticiários dos jornais e tevê. Houve momentos de grande emoção, como o anúncio da presença em plenário de dois sobreviventes da "Chacina do Sarampo", em que quatro posseiros foram assassinados, dia 12, por jagunços em Canavieiras. Outro momento contagiante foi o do reingresso no PC do B de dois ex-militantes: o ex-líder ferroviário Lucena Carmo e o ex-líder sindical bancário Aurélio.

Foram anunciados os nomes dos integrantes das 11 Comissões Provisórias Zonais do partido. Segundo a secretária da Comissão Regional, Loretta Valadares, 13% dos 77 integrantes dos zonais são lideranças operárias; 47%, dirigentes de entidades; 25%, negros; e 42%, mulheres. (da sucursal)



Os comunistas realizaram sua primeira convenção municipal dia 21 em Salvador

Êxitos da campanha de filiação em SP

Os primeiros resultados da campanha de filiação em massa no Partido Comunista do Brasil, organizado pela direção regional de São Paulo, mostram que a iniciativa caminha no sentido do pleno êxito. Em apenas um final de semana, mais de 400 novos membros foram incorporados às fileiras do PC do B no Estado.

Em diferentes cidades e regiões do Estado foram realizados atos, reuniões de massa e uma ampla agitação das idéias comunistas. Merece destaque o lançamento da campanha no Largo 13 de Maio, na região proletária de Santo Amaro, dia 20, com uma grande participação popular.

Animada pela bateria da Escola de Samba Flor da Zona Sul, a rainha do carnaval da região, "Bia", o conjunto do "Forró do Laércio" e o cantor popular Jairo, a manifestação durou cerca de três horas, o suficiente para que fossem realizadas 65 filiações. "Isto só contando o pessoal que veio com Título de Eleitor", conforme o médico Gilberto Natalini, membro da direção municipal do partido.

Foram distribuídos milhares de impressos "e feita uma discussão exaustiva com o povo sobre o partido. Muitos embora não tenham sido filiados no momento, porque não estavam com seus Títulos de Eleitor, prometeram entrar. A quase totalidade dos novos membros é de operários", conta Gilberto.

ABERTO AO POVO

A iniciativa, de fato, permitiu que o PC do B e suas idéias fossem mais amplamente abertos às massas, servindo também para medir a reação popular perante o partido. As reações são diferentes, como mostra os depoimentos de alguns novos membros. Um metalúrgico, de 36 anos, diz que conhece "muito pouco a respeito do PC do B, mas estou percebendo que ele vai crescer muito e vai derrubar o PT aqui na região. Tem idéias melhores e eu entrei agora para ajudá-lo".

Já um operário têxtil, sol-

teiro, 32 anos, sempre se interessou pela teoria marxista, tendo chegado à conclusão de que "o PC do B é o único que verdadeiramente representa os interesses do proletariado no Brasil. Nada é melhor do que encontrar o partido, agora ficou fácil filiar", declarou. A estudante Lara Ribeiro da Silva, 20 anos, por sua vez afirma: "Me filiei porque sei que este é o partido de lutas contra a burguesia, contra todo tipo de opressão e exploração. É o partido que vai conscientizar o povo e eu quero ajudar".

VETERANOS

A atuação aberta e legal também propicia o reencontro de velhos militantes comunistas com seu partido. Foi o caso do petroleiro aposentado Nelson Souza Lima, de

60 anos, que se reintegrou ao PC do B durante a manifestação no Largo 13. "Eu entrei no partido em 1948 durante o governo Dutra, mas desde 1954 perdi os contatos, fiquei solto", conta.

"Agora eu posso dizer abertamente meu nome, antes era 'Sila', nome de guerra, por causa da polícia", ressalta Nelson Souza Lima, que não esconde seu contentamento: "Atuei muito tempo na ilegalidade, fui perseguido, dormi em capinzal e agora estou retornando. Morro mas não deixo minhas idéias. Vou comprar uma Kombi e o partido terá um novo carro para fazer trabalho junto ao povo", acrescenta.

O barbeiro José Ribeiro dos Reis, 50 anos, também havia militado antes do golpe de 64. Durante a manifestação em Santo Amaro fez um emocionante discurso em homenagem ao partido, anunciando sua filiação e declarando: "Nós temos agora de fazer muitos comícios, esclarecer o povo, a juventude,

para mudar realmente o Brasil".

A grande receptividade em relação ao PC do B e a facilidade para realizar uma filiação em massa ficou patente durante a campanha realizada pelos comunistas dia 21 no distrito de Perus, na Zona Oeste da capital. No local não existia sequer um militante, mas foram feitas em um só dia 30 filiações, particularmente devido à ajuda de uma operária que disse estar esperando "há muito tempo pelo partido", e convidou outros companheiros para se filiarem.

A direção regional do PC do B em São Paulo reúne-se segunda-feira à noite para discutir a atuação na campanha para as eleições da capital este ano. A possibilidade de coligação com o PMDB ainda não está plenamente definida, mas já está assegurada a aliança formal com aquele partido, inclusive a indicação de Antonio Alves da Silva, dirigente comunista no município para fazer parte da coordenação da campanha de Fernando Henrique Cardoso.



Um animado lançamento da campanha em Santo Amaro; 65 filiações em apenas três horas.



José Rodrigues (em pé) apresentou os dirigentes paraibanos

Sessão Pública em João Pessoa

O Partido Comunista do Brasil realizou sessão pública na Câmara de João Pessoa, Paraíba, no último dia 15. Na ocasião, foram instaladas as Comissões Provisórias Regional e Municipal do PC do B. Cerca de 250 pessoas compareceram ao ato, inclusive representantes de diversos sindicatos, associações de moradores, entidades estudantis etc.

O presidente da Comissão Diretora Regional, José Rodrigues, apresentou seus camaradas de direção do partido e destacou que "o PC do B está legalizado para continuar com a mesma energia a luta que já vem desenvolvendo há 63 anos, em defesa dos direitos da

classe operária e do povo, pela liberdade, democracia e socialismo".

Alanir Cardoso, da Comissão Diretora Nacional Provisória, destacou a grande vitória que foi a legalização do PC do B e o papel que desempenha no momento o partido do proletariado no Brasil, quando batalhas importantes para o povo e a democracia se avizinham.

Congratularam-se com a legalização do PC do B os vereadores Antônio Arruvelas e Sônia Germano, do PMDB; representantes do PT e do PDT; e dirigentes do PC do B de Campina Grande, Souza e Patos. (da sucursal)

Proposta de coligação no Ceará

Na semana passada, a Comissão Diretora Regional Provisória do Partido Comunista do Brasil no Ceará manteve um encontro com o presidente do PMDB cearense, Mauro Benevides, e com o prefeito de Fortaleza, Barros Pinto. Na ocasião propôs uma coligação partidária, visando o apoio ao candidato peemedebista à prefeitura da capital.

A presidente da Comissão do PC

do B, Gilse Avelar, afirmou que em troca deste apoio é necessário um compromisso de um programa político progressista a ser desenvolvido na administração municipal. Ela finalizou conclamando os setores progressistas e populares à unidade, como primeiro passo para a conquista de amplas liberdades políticas, essenciais à busca de soluções para os graves problemas do país. (da sucursal)

Ato comunista em favela carioca

No Rio de Janeiro 150 pessoas participaram de um ato do PC do B em Jacarepaguá, Rio das Pedras, favela de mais de 30 mil habitantes e reconhecida na região por uma



O ato foi na Associação dos moradores

tradição de luta contra a grilagem e descalço das autoridades governamentais. A maioria dos participantes do ato dos comunistas eram de operários da construção civil, donas de casa e estudantes, que ressaltaram a importância do avanço democrático no país.

Um dos momentos mais emocionantes foi quando a companheira Vilma, afastada há 30 anos do partido, vindo um cartaz de convocação para o ato, procurou e reencontrou o partido do proletariado brasileiro.

O ato foi realizado na sede da Associação dos Moradores de Rio das Pedras, e contou com a presença de representantes das associações de moradores do Meier, Vila Isabel, Osvaldo Cruz, Mato Alto, Floresta da Barra, Conselho de Moradores da Cidade de Deus, Famerj, Fajerj e PT, entre outras entidades. Também no Rio de Janeiro o PC do B avança sua organização entre os operários e setores populares. (da sucursal)

Sede do PC do B em Porto Alegre

Cerca de 500 pessoas prestigiaram a inauguração da sede do PC do B em Porto Alegre, dia 20. Maria Trindade, antiga militante do partido, descerrou a placa, inaugurando oficialmente a sede do diretório gaúcho do partido dos comunistas. Líderes sindicais, populares e políticos estiveram presentes, inclusive o candidato a prefeito, deputado Francisco Car-

rión; e André Foster, presidente da Câmara de Vereadores. Carrión, em seu pronunciamento, destacou que a "legalidade do PC do B foi conquista de todos nós, do povo na rua que lutou contra a ditadura". Delegações de comunistas de Caxias do Sul, Canoas, Rio Grande, Cachoeirinha, Novo Hamburgo e outras cidades participaram da festa. (da sucursal)

Capixabas lutam pela unidade no PMDB

Depois de muita luta interna, que ameaçou seriamente a unidade do maior partido do Espírito Santo, o PMDB define, dia 28, seu candidato à prefeitura de Vitória. Oficialmente, está prevista a disputa entre os deputados Hermes Laranja e Rose de Freitas. Mas um outro deputado estadual, Paulo Hartung, pode vir a ser o candidato de consenso do PMDB.

O principal entrave para o PMDB local é a obsessão da deputada Rose de Freitas de ser candidata. Ela buscou alianças com os setores mais reacionários da política capixaba e tem apoio de empresários que se enriqueceram à sombra do regime militar. Um dos principais sustentáculos de sua candidatura é o presidente da Câmara, Edson Batista, que teve sua prisão preventiva decretada na semana passada, por chefiar uma quadrilha que deu um desfalque de mais de Cr\$ 2 bilhões na Prefeitura de São Mateus. Rose chegou a anunciar seu ingresso no PDT quando sentiu que seria derrotada na convenção do PMDB. Mas depois saiu do partido e fez o que quis. O vice-presidente da executiva do

PMDB, Gildo Ribeiro, propôs publicamente que seu partido estabelecesse uma coligação com o PC do B, visando preservar a unidade das forças progressistas e democráticas. Mas vários partidos estão apostando na divisão.

O PT lançou o médico Vitor Buaiz, de uma das mais tradicionais famílias capixabas, e ataca o PMDB. O partido dos revisionistas, PCB, anunciou que pode lançar candidato próprio à prefeitura, visando conquistar espaço para seu grupo reformista.

Dirigido no Espírito Santo por um dos símbolos da corrupção local, o PTB de José Maria Feu Rosa está alugando sua legenda para os fins mais escusos - Feu Rosa responde a um inquérito da Polícia Federal por ter dado um desfalque de Cr\$ 6 bilhões na Cobal, que dirigia. Já a tendência maior do PFL é coligar-se com o PDS, que lançou candidato o ex-prefeito Crizogono Teixeira da Cruz - ele governou a capital durante a ditadura de 1964. Quanto ao PDT, depois que Rose voltou ao PMDB, não tem qual que quer que participe das eleições. (da sucursal)

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

A pretensão de Afonso Arinos

Com ares de grande importância, o sr. Afonso Arinos declarou que só será presidente da Comissão Constitucional se esta for atuante e se dedicar a elaboração de um anteprojeto de Constituição.

NOVO CONCEITO

A pretensão não se deve apenas à desmedida vaidade do ilustre jurista. Acima de tudo está uma visão autoritária e elitista, afinada com o velho regime que os brasileiros derrotaram nas grandes manifestações de rua de 1984, mas em dissonância com a Nova República.

Cada Constituição é elaborada de acordo com uma concepção mestra. A de 1967 - depois emendada para pior em 1969 - foi construída sobre os alicerces da mentalidade fascista e militarista implantada no país pelo golpe de 1964. Agora, com o sopro democratizante que varre a Nova República, o país reclama uma Constituição moderna, progressista, que consagre a liberdade e os direitos do povo, que tire a política dos gabinetes e dos quartéis, que dê valor aos sindicatos, às entidades de massas, à Universidade etc.

Mas este novo conceito, que deve orientar a Constituinte em 1986, precisa ser formulado não por sábios ou por certas elites que se julgam muito cultas e sim pelo debate livre dos brasileiros nas ruas, nas escolas, nas organizações operárias e democráticas, em toda parte onde for possível organizar os trabalhadores e democratas. Para construir os alicerces desta nova Carta Magna existe a necessidade de uma ampla campanha nacional de massas. E, neste processo, inevitavelmente se discutirá e condenará cabalmente o velho regime. A crítica da ditadura será elemento básico para orientar os passos da Constituinte.

ESTUDOS E SUBSÍDIOS

É isto que o sr. Afonso Arinos pretende evitar. Quer um anteprojeto agora, com os conceitos vigentes, ou com sua reformulação formal feita por ele e um punhado de escolhidos. Esta é a forma de impor à Nova República uma legislação antidemocrática. E de abortar a luta de muitos anos dos democratas brasileiros por uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana.

Dentro da própria equipe governamental esta luta se arrasta há tempos. E é em função do protesto dos democratas que o decreto que instituiu a Comissão não fala em anteprojeto mas em promover estudos e subsídios para a Constituinte. A luta dos trabalhadores e democratas é que vai daqui para a frente garantir a realização dos trabalhos constituintes com verdadeira soberania. A Comissão implantada está esvaziada não por má vontade de uma ou outra pessoa, mas porque não corresponde de fato à necessidade e aos anseios do país. Os democratas que por qualquer razão se viram incluídos entre os seus 50 componentes terão a tarefa de impedir que ela se sobreponha à Constituinte - ou seja, que de fato se atenha a estudos e subsídios, e a esforços para ampliar o debate dos problemas nacionais.

PRATO FEITO NÃO

A batalha eleitoral nas capitais e municípios que eram considerados de segurança nacional será um primeiro grande passo para instalar a discussão sobre os rumos do país. Os sindicatos, assim como todas as organizações e entidades democráticas e populares, têm o maior interesse em agarrar esta campanha e levá-la adiante com o mesmo entusiasmo da campanha das diretas. Ao mesmo tempo, é preciso estar alerta para as manobras conservadoras que nos querem impor um prato feito... e estragado.

(Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Na contra-mão

A troca de sair candidato a prefeito de São Paulo, o deputado Freitas Nobre desligou-se do PMDB e filiou-se ao PDT. Mas a ilusão durou pouco. Freitas não conseguiu arrastar praticamente ninguém do PMDB e, além do mais, seu nome não despertou interesse dos paulistanos: nas pesquisas não chegou a conquistar 4% da preferência popular. A última reunião da direção regional do PDT retirou a candidatura de Freitas Nobre e em seu lugar colocou a de Ademar de Barros Filho.

Desiludido, Freitas Nobre desabafou dizendo que não se dá bem no ambiente de corrupção e de traições. Pena é que nobre deputado (desculpe o trocadilho) só foi perceber isto quando viu seu nome preterido. Antes o seu sonho ambicioso de alcançar a prefeitura não lhe garantia sentir qualquer desagrado em tal ambiente.

O fato serve de lição. Não há nenhum mal que um político aspire a prefeitura ou qualquer outro cargo. Desde que esta disputa tenha como critério a política progressista, a dedicação à causa da democracia e dos direitos populares. Mas sem este norte, guiando-se por interesses pessoais ou por vaidade, como foi a desesperada busca de Freitas Nobre pela candidatura - ou seja qual for o partido - o caminho é o do fracasso.

Política elitista afunda BNH

O BNH se transformou nos últimos anos num vilão para o mutuário e numa mãe generosa para os agentes financeiros e construtoras. Em seus 20 anos de existência este órgão governamental administrou recursos fabulosos provenientes dos depósitos compulsórios dos trabalhadores e das cadernetas de poupança, mas orientou apenas 12% de seus financiamentos para a habitação popular. Para tentar superar a crise que o ameaça, o BNH devora fatias cada vez maiores do orçamento doméstico dos mutuários e não toca nos lucros das financeiras. A Nova República precisa acabar com essa política elitista.

O Banco Nacional de Habitação (BNH) foi criado em agosto de 1964, alardeando que iria solucionar o problema da habitação popular no país. Mas, à semelhança de seu criador - o regime dos generais - privilegiou com seus recursos os segmentos da população de renda mais alta e o déficit habitacional se agravou, havendo hoje uma carência de mais de 8 milhões de moradias.

A moradia é um problema crucial para os setores mais pobres da população. Segundo dados do Plano Habitacional do Município de São Paulo, a população com renda inferior a dois salários-mínimos não tem a mínima condição de adquirir imóveis. As famílias com renda de 2 a 3 salários-mínimos, comprimindo as suas despesas, poderiam dispor de 6% a 9% de seus orçamentos para financiar a casa própria. Portanto, não é casual que 89% do déficit habitacional brasileiro estejam situados entre as famílias que ganham até cinco salários-mínimos.

Durante vários anos muita gente simples sonhava em ter a sua casa própria através do BNH. Mas estes sonhos se dissiparam ou se transformaram em pesadelo. Poucas famílias de renda baixa conseguiram um financiamento pelo Sistema Financeiro da Habitação. E os que conseguiram passaram a ter um tormento com os aumentos das prestações bem superiores aos reajustes salariais.

Pouca verba para a moradia popular

Os recursos do BNH/SFH são fabulosos: os fundos sob sua responsabilidade equivalem a seis vezes os meios de pagamento da Nação, ou mais de duas vezes a receita orçamentária do governo federal. Apesar deste enorme aparato financeiro, a verba destinada à habitação popular é relativamente pequena. Isto contribuiu para que um número cada vez maior de pessoas fossem morar em favelas e cortiços. Segundo o professor W. Quintella, em artigo publicado na revista "Espaço e Debates", entre 1970 e 1980 a população favelada de São Paulo cresceu mais de 400%.

O que salta à vista nesta política habitacional é a injusta destinação das verbas provenientes do FGTS e das cadernetas de poupança, administradas pelo BNH. Mesmo sabendo que três quartos do déficit habitacional estão situados entre os que percebem até três salários-mínimos, o SFH orientou apenas 10% dos seus recursos para esta faixa de renda. No outro extremo, para as faixas de renda familiar com mais de 10 salários-mínimos - responsáveis apenas por cerca de 4% do déficit habitacional - foram canalizados 62% dos recursos.

Devido à política de centralização fiscal excessiva adotada pelos generais, os Estados e municípios ficaram com recursos mínimos. O BNH passou então a destinar parte de seus recursos para suprir os serviços públicos essenciais de várias localidades. Para se ter uma idéia dessa magnitude, basta citar que 3.997 municípios tinham financiamentos e contratos com o BNH para o suprimento de água encanada. Além da habitação propriamente dita, o BNH atua nas áreas de saneamento, infraestrutura e planejamento urbano, transporte, apoio nas áreas técnicas, financeira, de estudo e pesquisas, apoio à indústria de construção civil e de materiais, assessoria a Estados e municípios, infraestrutura de serviços de utilidade pública e inúmeras outras.

O desvirtuamento dos objetos do BNH é flagrante. O ex-presidente daquele órgão, Nelson da Matta, declarou em fevereiro deste ano que apenas 25% dos recursos do BNH estavam naquele momento sendo aplicados na produção de habitações. Assim é de se entender quando um governador nordestino se dirigiu apavorado ao Palácio do Planalto para pedir ao presidente Sarney que, "pelos amor de Deus", excluísse o BNH das restrições impostas à economia pelo FMI.

Mas o que mais choca e chama atenção na atuação do BNH é o favorecimento desmesurado à iniciativa privada. O BNH - órgão central do Sistema Financeiro de Habitação - é um banco de segunda linha, repassando os depósitos do FGTS aos agentes financeiros e propiciando condições para que estes captem recursos oriundos das cadernetas de poupança. Os agentes financeiros são privilegiados: fun-

cionam sob a proteção e garantia do governo, auferindo retornos certos, isentos de riscos.

Financeiras nunca perdem, só lucram

O professor Marcos Cintra de Albuquerque, no seu trabalho de pesquisa "Habitação Popular: Avaliação e Propostas de Reformulação do SFH" denuncia os privilégios aberrantes dos agentes financeiros. "Trabalham com um spread - afirma Marcos Cintra - e não perdem nem com a inflação, nem com a redução real dos salários e nem, ainda, com menores índices de reajustes ou com sistemas de amortização reduzidos. Ademais as práticas utilizadas pelos agentes financeiros frequentemente produzem receitas que ultrapassam, em muito, a remuneração que ostensivamente percebem, elevando sobremaneira os juros".

Os juros pesam de maneira ponderável no financiamento da casa própria e as financeiras agem como carrascos dos mutuários ao cobrar deságios, taxas e outros expedientes, fazendo aumentar consideravelmente a taxa de juros. Tais custos podem chegar a representar até 20% do valor do contrato do financiamento. Para se ter uma idéia da importância dos juros num financiamento - de 15 anos por exemplo - as prestações seriam 42% mais altas ao se elevar a taxa de juros de 4% para 10%.

O BNH, que deveria preocupar-se com esta usura em cima do mutuário, na prática incentiva tal política ao adotar o princípio da autosuficiência financeira. Para o Banco, portanto, é mais vantajoso aplicar suas verbas em financiamentos para famílias com rendimentos mais elevados, onde o retorno é mais garantido e de maior interesse para os agentes financeiros.

Com a crise que se abateu sobre o Sistema Financeiro de Habitação - devido à redução dos depósitos do FGTS por causa do desemprego e o

desvio de recursos para outras áreas que não a habitação - o BNH tenta sugar mais recursos dos mutuários. Nos últimos três anos os reajustes das prestações foram superiores aos reajustes salariais. Isso fez com que hoje mais de 60% dos mutuários estejam inadimplentes (prestações atrasadas há mais de três meses).

Mas um dado pouco comentado pela imprensa é que os maiores devedores do BNH não são os mutuários. Matéria publicada na revista "Conjuntura Econômica", de novembro de 1984, mostrava que dos 15,1 trilhões de débitos em atraso junto ao BNH, os mutuários eram responsáveis por somente Cr\$ 1,5 trilhão, sendo o restante dividido entre construtores (Cr\$ 5 trilhões), Cooperativas Habitacionais e Cohab's (Cr\$ 5 trilhões) e agentes financeiros (Cr\$ 3,6 trilhões).

Mutuários estão pagando a crise

Diante dos altos lucros dos agentes financeiros do SFH, os mutuários tentaram fazer com que estes contribuíssem com 1% dos juros dos financiamentos, como forma de aliviar o déficit do BNH. Os diretores deste órgão governamental e o ministro do Planejamento Urbano, Flávio Peixoto, optaram por favorecer mais uma vez a iniciativa privada e jogaram nas costas dos mutuários o peso da crise.

Certos setores da construção civil também se locupletaram com as verbas abundantes do BNH. Vários diretores deixaram os escritórios do Banco Nacional de habitação para criarem suas próprias construtoras e auferirem enormes lucros. João Fortes, da primeira geração de tecnocratas do BNH, é um caso típico. Hoje é dono de uma das maiores construtoras do país. O mecanismo do sistema financeiro era tal que possibilitava na maioria das vezes atuar somente com capitais de terceiros.

Enquanto o BNH era generoso para com as construtoras, o trabalhador que pretendesse construir ele mesmo a sua moradia não recebia nenhum financiamento por sua obra. O SFH nunca se preocupou em incentivar as autoconstruções - com custo por metro quadrado 60% inferior ao das construções financiadas pelo BNH - a fim de deixar o mercado aberto às atividades das grandes construtoras.

Os movimentos populares devem pressionar para que ocorram mudanças na política habitacional do BNH, no sentido de favorecer a habitação popular e deixar de privilegiar o lucro das empresas privadas.

O BNH deveria atuar diretamente como usuário de seus fundos, deixando de lado os intermediários.

Fonte: BNH/Fundação João Pinheiro "Avaliação do Perfilurb no Brasil" BNH 1982.

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Previdência pára por aumento salarial

Os previdenciários de Pernambuco decidiram engrossar a greve da categoria que já atinge 13 Estados. O movimento também ganha força em cada região devido aos baixos salários e a vacilação do ministro Valdir Pires em negociar com os grevistas.

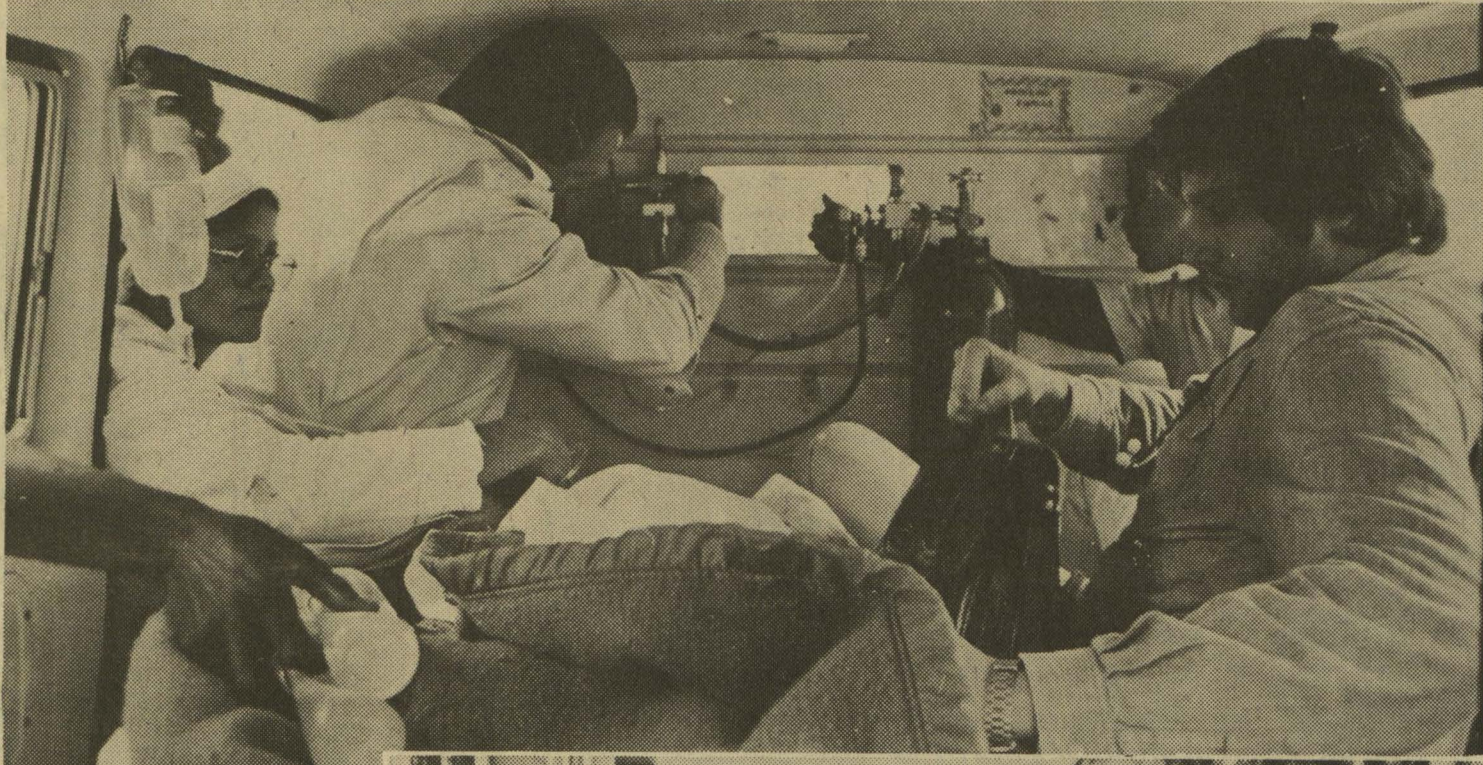
Em São Paulo, segundo informações do Comando de Greve, o movimento atinge 9 dos 12 mil servidores da capital e chega a 60% no interior, começando a atingir diversas cidades. A paralisação atinge a quase totalidade de 3 dos cinco hospitais do INPS na capital bem como a esmagadora maioria dos postos do INPS, INAMPS e IAPAS inclusive no interior.

Ao contrário do escândalo promovido pelas empresas de comunicação como a Globo, entre outras, os atendimentos de urgência continuam sendo realizados e os demais casos são encaminhados à rede estadual e da prefeitura. Foram feitas manifestações com apoio da população.

Em Goiás, segundo Olívia, membro do Comando de Greve, pode-se dizer que "quase 100% dos servidores aderiram ao movimento. A Associação dos Servidores da Previdência Social, Asseps, consciente da necessidade de levar o movimento dos servidores para a rua realizou uma passeata no último dia 17 e fará outra dia 24, visando divulgar a greve e buscar o apoio da população.

SALÁRIOS DIGNOS

O movimento se mantém e se alastrou porque a categoria está revoltada com os baixos salários que recebe. Uma servidora de Goiânia, que preferiu não se identificar, quase chorou ao contar que recebe Cr\$ 430 mil por mês. "Tenho três filhos para sustentar e sou mãe e pai deles" - afirmou. Uma servidora do Hospital Brigadeiro, em São Paulo, exibiu seu hollerit. O salário é de Cr\$ 175 mil. Para compen-



Atendimento de urgência durante a greve: o outro lado da moeda; ao lado, passeata em Goiânia

sar, o governo dá uma complementação, além de salário família. O total fica Cr\$ 347. "Trabalho na cozinha mas não posso comer" - declarou ela.

É este quadro, que se repete em todos os Estados, que sustenta a greve. O general Figueiredo deixou uma bomba de efeito retardado no fim de seu mandato presidencial, concedendo um abono de 80% sobre a maior referência dos médicos. Mas isso não impediu que eles apoiassem o movimento dos demais funcionários da saúde, cujos salários foram particularmente achatados durante o regime militar.

SITUAÇÃO EM SÃO PAULO

Em São Paulo chegou ao fim a trégua de 30 dias dos servidores da saúde para que o governo pudesse concretizar uma proposta de gratificação para melhorar a penúria da categoria. A proposta governamental não atingiu os trabalhadores braçais e os servidores, os que vivem em pior condição. E a categoria mostra-se decidida a criar nova mobilização para conquistar esta justa reivindicação.

(Olívia Rangel)

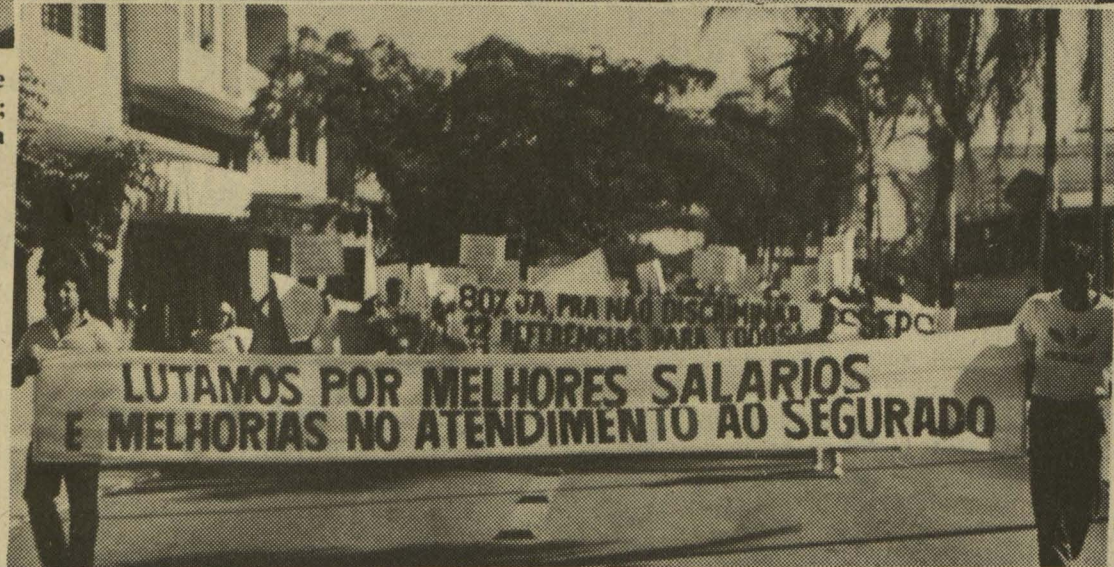


Foto: Sucursal Goiânia

OPINIÃO

Negociar é preciso

A greve dos previdenciários segue seu curso e inclusive ganha novos adeptos por força da indignação da categoria. O ministro da Previdência Social, Valdir Pires, nem sequer apresentou uma contra-proposta oficial aos grevistas.

Mas o movimento dos funcionários da Previdência é, na realidade, uma greve "dos desesperados". Basta ver que 70% da categoria classifica-se como de "nível médio", recebendo entre um e dois salários mínimos. Trata-se de uma massa que não recebe o suficiente para sobreviver.

Por outro lado, é verdade que no atual quadro o governo dispõe de verbas reduzidas, tendo anunciado inclusive um corte de Cr\$ 4,5 trilhões na Previdência. Apesar disso o superintendente do INPS, no Rio de Janeiro, Hésio Cordeiro, apre-

sentou uma proposta de escalonamento dos 80% de aumento pedidos pelos grevistas. Ou seja, dá para conversar.

Governar significa enfrentar riscos. Valdir Pires debate-se entre a alternativa de nada conceder, proposta dos monetaristas, e a de negociar com os grevistas. Teme perder seu cargo. Mas pode perder a confiança dos previdenciários e da população, que desejam ver a questão resolvida.

Não resta dúvidas de que existem na direção do movimento forças interessadas em criar um impasse, imprimindo um caráter político, de combate ao governo, na greve dos previdenciários. A postura de avestruz do ministro só contribui para reforçar estes setores e desgastar a Nova República.

dente, para futuras negociações, a exigência da efetivação de todos os funcionários contratados.

SALDO ORGANIZATIVO

Nas assembléias os grevistas avaliaram que houve avanço nas negociações com a promessa pública de atender as três reivindicações. Também consideraram que a continuidade do movimento paralisando a população, dado a forte campanha emocional e reacionária promovida pela imprensa e pelo governador Brizola. Os trabalhadores decidiram manter a vigilância para forçar o governo a atender o prometido e conceder a última reivindicação. A partir de agora farão "operação padrão" e distribuirão documento à população, com os endereços do governador, prefeito e secretários da saúde, solicitando que envie cartas protestando contra as deficiências no atendimento hospitalar.

Para Mauro Brandão Carneiro, primeiro secretário

do Sindicato dos Médicos e diretor da Associação dos Funcionários do Hospital Souza Aguiar, o movimento grevista teve um alto saldo organizativo e político. Segundo ele, "a greve conseguiu tornar pública as péssimas condições do sistema de saúde do Estado. Além disso, serviu para desmascarar o governador Brizola, que vive posando de democrata e até de socialista. Ele fez ameaças, colocou interventores nos hospitais, foi intransigente. Isto abalou a estrutura do governo, com vários funcionários da secretaria de Saúde pedindo demissão, e enfraqueceu a candidatura do PDT a prefeitura da capital".

Para ele, "o mais importante é que a categoria saiu fortalecida, unida e mais consciente. Era um setor que tinha pouca tradição de luta, com a realização de apenas duas greves, e que agora elevou sua mobilização. Também foram fortalecidas e consolidadas as organizações nos locais de trabalho, as Associações de Funcionários, que reuniram todos os funcionários da saúde e ganharam prestígio e força".

Trabalhadores fundam intersindical unitária em Ribeirão Preto

No último dia 20 os trabalhadores da região de Ribeirão Preto, no interior paulista, deram um importante salto na sua organização: fundaram uma Intersindical unitária. A reunião de fundação, na sede dos Metalúrgicos, contou com a presença de 17 Sindicatos (quatro de metalúrgicos, sete de trabalhadores rurais, dois de comerciantes, dois de operários da alimentação, gráficos e bancários). Os sindicalistas debateram e aprovaram um programa e estatuto da Intersindical.

A região de Ribeirão Preto concentra um grande número de assalariados e tem importância econômica, sendo o principal centro de produção de açúcar e álcool do país. A Intersindical elegeu uma diretoria provisória e aprovou a realização de um Congresso Regional dos Trabalhadores.

Funcionários do correio fazem greve de fome contra as demissões

Seis funcionários demitidos no dia 20 de maio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e um demitido da Embratel realizaram greve de fome, de 17 a 23 de julho no Rio. Eles protestam contra a decisão do ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, de demiti-los por liderarem a greve da categoria. No dia 23 foi realizado um ato público na Cinelândia em solidariedade aos 24 funcionários dos Correios e da Embratel demitidos por ocasião da greve.

Fernando Cardoso, um dos que fizeram a greve de fome, tem 10 anos de trabalho nos Correios e denuncia que, junto com ele, foram demitidos vários funcionários com vários anos de casa, com dificuldades de reintegrar-se no mercado de trabalho que não seja na ECT: "Nossas qualificações só têm função na empresa". Dos 24 funcionários demitidos, 14 pertenciam à diretoria da Associação dos Funcionários.

Durante a greve de fome os grevistas receberam a visita de Elza Monerat, da Comissão Nacional do PC do B, e de Maria Dolores, da Comissão Regional do Partido Comunista, que foram prestar solidariedade aos trabalhadores em luta. (da Sucursal)

Bancários lutam para renovar o Sindicato no Espírito Santo

Nos próximos dia 30 e 31 de julho e 1 de agosto, os bancários do Espírito Santo escolhem a nova diretoria de seu Sindicato.

A Chapa 2 foi formada por um amplo processo de discussão nos bancos, onde foi aprovado um programa de lutas que propõe o reajuste trimestral de salários, a reposição das perdas salariais provocadas pelo arrocho da ditadura, estabilidade no emprego, respeito à jornada de 6 horas, direito pleno à greve e a eleição de uma Constituinte livre e soberana. A chapa aglutina as lideranças mais expressivas de 14 bancos e é encabeçada por João Amorim Coutinho.

Do outro lado, a chapa 1, encabeçada por Valmir de Castro Alves, representa a continuação da atual diretoria, tem o apoio de vários antigos sindicalistas que se celebrizam por suas posturas fisiológicas e pelegas, deixando a categoria cair no marasmo e perder muitas conquistas alcançadas pelos bancários.

Os bancários somam no Espírito Santo 10 mil trabalhadores, dos quais 4 mil têm direito a voto e devem sufragar a chapa 2. (da Sucursal)

Prefeito cede à pressão popular e cancela aumento de ônibus em Fortaleza

Cedendo à pressão popular, o prefeito Barros Pinho, de Fortaleza, suspendeu o aumento de 50% nas passagens dos transportes coletivos que entraria em vigor no dia 19. O prefeito teve uma reunião com a Federação de Bairros e Favelas, DCEs da UECE, Unifor, UFC e a UMES, além do Centro Popular da Mulher e dos vereadores Luís Carlos Paes e Raimundo Mota, do PMDB. Após a reunião em que cancelou o aumento, nomeou uma comissão de técnicos da Prefeitura e lideranças do movimento popular para propor um reajuste dos transportes mais condizentes com a realidade de penúria que vive o povo fortalezense. (da Sucursal)

Greve na Sandiz de Brasília provoca desespero dos patrões

Os trabalhadores da Sandiz, situada no Parking Shop de Brasília estão em greve desde a última quinta-feira, por melhores salários e melhores condições de trabalho. A paralisação é total. A firma chegou a deslocar chefes do Jumbo - que faz parte do mesmo grupo - para servirem como vendedores, mas a manobra fracassou: os trabalhadores fizeram piquetes na porta, esclarecendo o público. As vendas foram irrisórias.

Além de fechar qualquer canal de negociação, os patrões da Sandiz ameaçaram demitir todos os funcionários (aproximadamente 300) e desencadearam um forte esquema repressivo. O vice-presidente do Sindicato da categoria, Nelson Vieira Serra chegou a ser espancado na entrada da loja pela polícia e pela segurança particular da firma.

Na última quarta-feira, dia 24, 23 Sindicatos de Brasília lançaram uma nota de solidariedade aos grevistas. O PC do B e outros partidos também apoiam o movimento. (da Sucursal)

Suspensa a greve na saúde do Rio

Após 68 dias de uma combativa greve, os 37 mil funcionários da saúde do Rio de Janeiro retornaram ao trabalho na quinta-feira, dia 25. A decisão foi tomada nas inúmeras assembléias realizadas nos hospitais e no Sindicato dos Médicos, com grevistas considerando o

movimento vitorioso e definindo novas formas de luta para manter a mobilização.

O fato novo que superou o impasse na paralisação ocorreu na segunda-feira, quando o secretário da Fazenda do Estado, César Maia, foi pessoalmente ao Sindicato dos Médicos para

negociar um acordo com o Comando de Greve. O secretário garantiu que o governo atenderá três das quatro reivindicações dos profissionais da saúde: concursos públicos, plano de carreira e melhoria das condições de atendimento para a população carioca. Só ficou pen-

dente, para futuras negociações, a exigência da efetivação de todos os funcionários contratados.

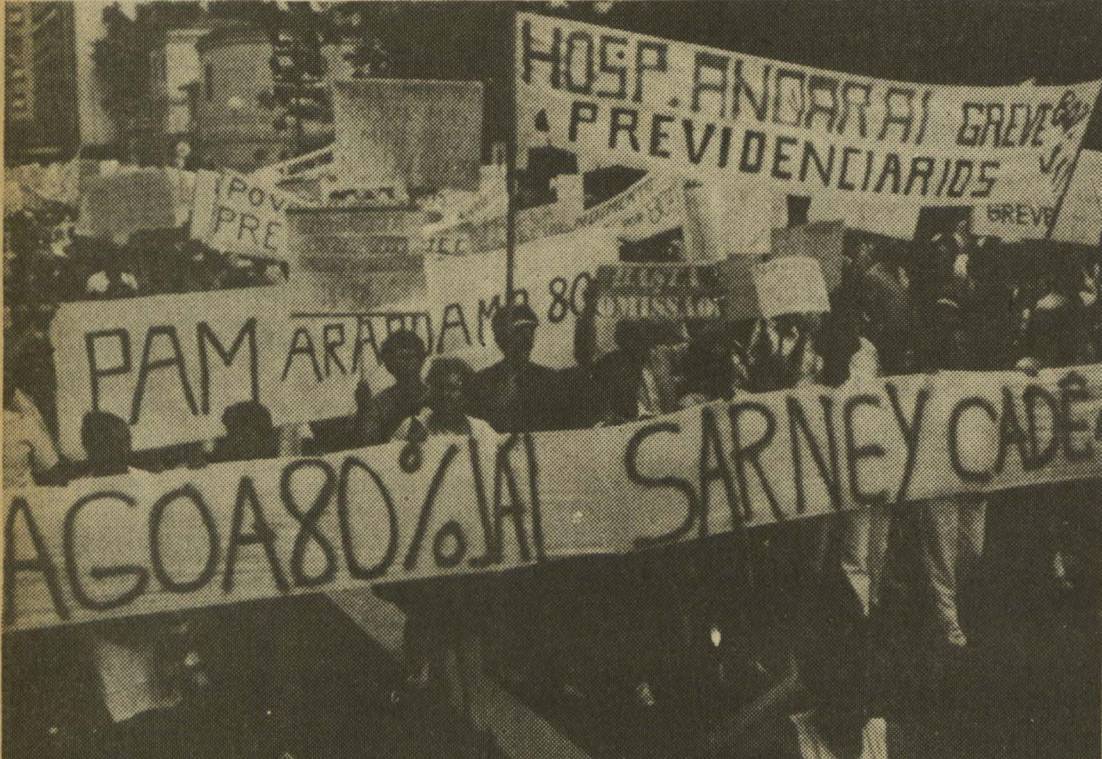
SALDO ORGANIZATIVO

Nas assembléias os grevistas avaliaram que houve avanço nas negociações com a promessa pública de atender as três reivindicações. Também consideraram que a continuidade do movimento paralisando a população, dado a forte campanha emocional e reacionária promovida pela imprensa e pelo governador Brizola. Os trabalhadores decidiram manter a vigilância para forçar o governo a atender o prometido e conceder a última reivindicação. A partir de agora farão "operação padrão" e distribuirão documento à população, com os endereços do governador, prefeito e secretários da saúde, solicitando que envie cartas protestando contra as deficiências no atendimento hospitalar.

Para Mauro Brandão Carneiro, primeiro secretário

do Sindicato dos Médicos e diretor da Associação dos Funcionários do Hospital Souza Aguiar, o movimento grevista teve um alto saldo organizativo e político. Segundo ele, "a greve conseguiu tornar pública as péssimas condições do sistema de saúde do Estado. Além disso, serviu para desmascarar o governador Brizola, que vive posando de democrata e até de socialista. Ele fez ameaças, colocou interventores nos hospitais, foi intransigente. Isto abalou a estrutura do governo, com vários funcionários da secretaria de Saúde pedindo demissão, e enfraqueceu a candidatura do PDT a prefeitura da capital".

Para ele, "o mais importante é que a categoria saiu fortalecida, unida e mais consciente. Era um setor que tinha pouca tradição de luta, com a realização de apenas duas greves, e que agora elevou sua mobilização. Também foram fortalecidas e consolidadas as organizações nos locais de trabalho, as Associações de Funcionários, que reuniram todos os funcionários da saúde e ganharam prestígio e força".



Grevistas encerram a paralisação após combativa demonstração de força e de unidade

Falsários roubam mais de 100 bilhões da Previdência

Em maio de 1984 foram localizadas fraudes no recebimento de benefícios no INPS do Rio de Janeiro. Através de guias falsas, com o nome de pessoas supostamente acidentadas, mas que estavam trabalhando normalmente, uma quadrilha embolsava mensalmente uma grossa bolada. Mas

apesar de detetada em 1984, esta prática continuou, sem que nenhuma providência fosse adotada, até maio de 1985. Até agora já se apurou um prejuízo de Cr\$ 53 bilhões. Calcula-se que o rombo chegue a Cr\$ 100 bilhões.

As fraudes tornaram-se uma rotina nos 21 anos de

regime militar. Escândalos como os da Capemi, Coroa Brastel etc. envolviam as mais altas autoridades do país. No INPS em particular, pelo sistema de privatização dos hospitais adotado pela ditadura, estes crimes foram enormemente facilitados. E a Nova República herda suas funestas conse-

quências.

Mas mesmo agora, a apuração das falcaturas encontra inúmeros obstáculos. O escândalo das fraudes em São Paulo, recentemente, continua impune. A Polícia Federal - dirigida pelo sr. Romeu Tuma, colocado no posto pelos generais - fez muito barulho mas não

apontou toda a máfia envolvida no caso. Com o novo estouro, no Rio, revela-se que a quadrilha está ligada com os falsários que agiam em São Paulo. É hora de pôr fim a esta subita "incompetência" policial e colocar os criminosos nas mãos da Justiça.

CDN
Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício Grabois

Latifúndio se arma no Rio Grande do Sul

Os latifundiários de Planalto Médio, Missões e Alto Uruguai (norte/nordeste do Rio Grande do Sul) criaram uma entidade reacionária, visando combater a reforma agrária - o Pacto de Unidade e Resposta Rural, PUR. Os 50 signatários do documento de fundação afirmam que "se dispõem a estarem preparados, equipados e vigilantes para enfrentar qualquer emergência que exija ação de força para defender a propriedade da terra".

O maior latifundiário de Carazinho - cidade onde foi criado o PUR -, Vály Albrecht, vangloriou-se de que "em menos de uma hora, colocamos os 628 membros do Pacto, na cidade, de mochilas nas costas, prontos para a ação." O líder dos latifundiários fez ameaças contra a realização de um encontro, no final deste mês, de colonos sem terra em Palmeira das Missões.

Imediatamente as forças democráticas e os sindicatos de trabalhadores rurais se levantaram contra esta demonstração de truculência do latifúndio gaúcho e exigiram que o governo declare o PUR ilegal. Denunciaram, ainda, as ligações da entidade com a TFP.

O presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais, Ezídio Pinheiro, disse que as ameaças e a ação dos fazendeiros, se levadas adiante, não ficarão sem resposta e que a tensão provocada pelo PUR não preocupa apenas aos

sem-terra, mas toda a população da região. Destacou que considera esta atitude dos latifundiários antiquada frente aos objetivos do plano Nacional de Reforma Agrária, que são de incrementar a produção agrícola e reassentar os sem terras nas áreas agricultáveis improdutivas.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tenente Portela, Lauro Braun, manifestou a esperança de que o governo desarme os latifundiários. Os próprios comerciantes da região não gostaram da tensão criada. A ameaça de homens armados pelas estradas, prontos a defender a perpetuação da injustiça do latifúndio, fez os pequenos proprietários - que predominam na região - ficarem em suas propriedades, baixando as vendas.

O governo estadual, do PDS (elegeu-se com os votos do latifúndio), tratou de salvar as aparências. Os secretários da Agricultura, João Jardim; da segurança, Augusto Berthierm, tentaram minimizar os fatos, falando que "as armas são para a solidão do campo".

O governo do PDS, em reunião com os latifundiários, decidiu que o PUR pode continuar existindo, desde que se altere seus objetivos. Desde então, não se fala mais em luta armada contra os colonos. Mas um latifundiário deixou escapar que "o Pacto não retrocedeu um milímetro de sua proposta inicial". (da Sucursal)

Surge um novo sindicato, já com a marca da luta

Cerca de 300 assalariados agrícolas participaram da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Venceslau, dia 21. O comparecimento superou todas as expectativas, e deu mostras do enraizamento que a entidade já começa a ter entre os trabalhadores. É o primeiro sindicato de assalariados da cidade, abrindo um novo horizonte para os explorados venceslaueses.

O processo de organização da entidade teve início em abril, encabeçada pelo líder camponês Amaro de Barros. Inúmeras reuniões se sucederam, atraindo os trabalhadores para a luta organizada em defesa de seus direitos. Não por acaso, no desenrolar dessas atividades

ocorreram três greves na destiladora Caiuá S.A. - Decasa -, a maior empregadora de ruralistas da cidade, arrancando algumas vitórias econômicas e a consolidação política das lideranças do movimento.

Para a direção do sindicato foi eleita a Comissão Organizadora, em chapa única e por unanimidade: Cláudio Sales, cortador de cana; Amaro de Barros, camponês; Aparecido Santada, cortador de cana, e Maria José da Silva, já conhecida como a "Maria da greve".

A diretoria já fez sua primeira reunião e deliberou encetar de imediato, duas lutas: pelo cumprimento do acordo salarial estadual Fetaesp/Faesp e pela reforma agrária. (da Sucursal)



Occupantes realizam assembleia e decidem permanecer nas terras

Lavradores ocupam terras no Sudoeste do Paraná

Cerca de 2 mil famílias de trabalhadores sem terra continuam acampadas no município de Marmeleiro, no Sudoeste do Paraná, reivindicando do governo a concessão de títulos de posse de terra definitivos e assistência para produção e comercialização agrícola. A ocupação das terras públicas, a margem de estradas, ocorreu no último dia 10, com as aproximadamente 8 mil pessoas erguendo barracas com lonas, plásticos e palha.

A ação dos camponeses gerou imediata e raivosa reação dos grandes fazendeiros, que colocaram de prontidão suas milícias contratadas. O latifundiário Kid Abdalla chegou a dizer que "os que ousarem invadir as minhas terras levarão chumbo na certa". Numa postura arrogante e rea-

cionária, afirmou que os trabalhadores sem terra "só servem para ser peões ou, no máximo, arrendatários". Já a Fazenda Giacometti Marondim atendeu seu exército de 200 jagunços.

Os sem terra tem evitado o confronto com os latifundiários, procurando negociar com o governo do Estado. Em reunião recente com o governador José Richa conseguiram ouvir a promessa de que o governo intercederia junto ao presidente José Sarney, reclamando uma solução para o problema das 2 mil famílias. E o ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, já anunciou que adotará uma "medida de emergência" para os ocupantes do Sudoeste do Paraná.

Seminário da UNE examina como mudar a Universidade

"A UNE vai lutar e o ensino vai mudar!" A palavra de ordem, gritada por mais de mil estudantes, deu a tônica no Seminário Nacional sobre Reforma Universitária aberto quarta-feira, dia 24, no Palácio das Convenções do Anhembi, São Paulo. Estavam presentes também dois ministros de Estado - fato inédito na vida da UNE desde o golpe de 1964 (ver quadro abaixo).

Já na abertura estavam presentes os representantes de entidades estudantis de todos os Estados do país, "convocados à luta para transformar a Universidade brasileira", segundo as palavras de Renildo Calheiros, presidente da entidade máxima dos universitários.

Em sua primeira falação, Renildo foi incisivo: "Nossa Universidade - disse - pouco ou nada contribui para o desenvolvimento da ciência e da pesquisa. Possui uma estrutura extremamente autoritária, onde é negada a participação de estudantes, professores e funcionários nas decisões. É péssima a qualidade do ensino e grande a evasão escolar. Houve um corte de verbas que durou 21 anos, e reduziu de 11,7% para 4,3% a participação da educação no orçamento da União."

Quanto ao quadro geral em que se dá o combate para mudar este quadro o presidente da UNE lembrou que "a fase da resistência pura e simples do movimento estudantil já se esgotou", explicando assim o porquê do Seminário: "É preciso agora aprofundarmos nossos conhecimentos sobre a Universidade e contribuímos efetivamente para transformá-la no interesse da nação e do povo".

A EMENDA VENCEU

O plenário acolheu com palmas unânimes a notícia de que, naquele mesmo dia, o governo sancionara a regulamentação da emenda Calmon, que obriga o Estado a destinar à educação e cultura 13% do orçamento federal. Aprovada já em 1983, a emenda sofreu sabotagem da parte do ex-ministro Delfim Netto, inimigo declarado da Universidade. Agora, com a Nova República e a sanção afinal conquistada, os estudantes mostram-se dispostos a conseguir também a sua efetivação prática com a liberação das verbas.

O Seminário da UNE encaixa-se dentro de um movimento geral da comunidade universitária, para varrer do sistema de ensino os efeitos de tantos anos de ditadura, privatização e sufocante carência de recursos. Pouco tempo atrás, foi a Andes - entidade nacional dos docentes - que promoveu seu Seminário, em Recife. E em setembro próximo a UNE, a Andes e a Fasuba - que con-



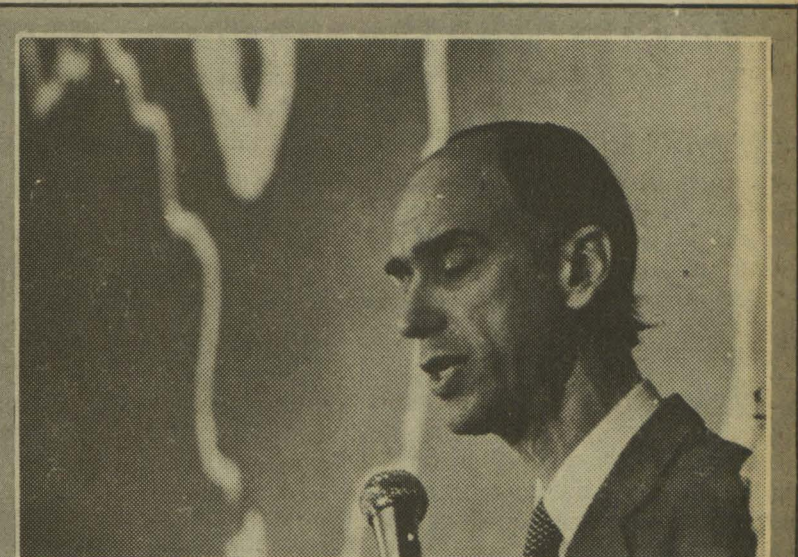
Renildo, presidente da UNE, fala aos representantes de entidades de todo o país reunidos no Seminário

grega os funcionários - promovem um encontro conjunto para tirar uma posição unificada. Para o vice-presidente da Andes, Wolfgang Leo, presente na quarta-feira, "há uma confluência muito grande de idéias entre alunos, professores e funcionários - embora ele considere "um desafio desenvolver propostas para a Universidade, e não apenas combater o arbítrio como fazíamos até agora".

O MESMO DESASSOMBRO

A julgar pelo início do Seminário, os estudantes universitários estão decididos a enfrentar o desafio com o mesmo desassombro com que resistiram à ditadura. Os alunos da Universidade Federal de Santa Maria (RS), por exemplo, vieram a São Paulo com um texto escrito, sistematizando a experiência recente que tiveram ao eleger o seu reitor, "de forma direta, paritária e uninominal", num pleito com a participação de 87% do eleitorado total - quebrando o velho sistema autoritário de escolha.

Ficou evidente, também, que esta disposição criativa só pode se beneficiar com os novos tempos que o país vive, como ficou evidenciado na própria composição da mesa que abriu os trabalhos do seminário: ali estavam, além dos ministros Marco Maciel, da Educação, e Aloísio Pimenta, da Cultura, os senadores Pedro Simon e Fernando Henrique Cardoso e o secretário da Educação de São Paulo, Paulo Renato, entre outras personalidades do novo governo. E é claro que a simples condição de debater franca e abertamente com eles a crise da educação cria um poder de fogo bem maior para o movimento estudantil em sua missão transformadora.



Marco Maciel fala aos estudantes: "A UNE tem um papel"

...E os ministros vieram

A presença de dois ministros para trocar idéias com a UNE - entidade que até há pouco tinha seus líderes caçados vivos ou mortos pela ditadura - foi sem dúvida a maior novidade no Seminário.

Para o desalento dos que sentem saudades do antigo regime, os ministros vieram. Ouviram, com visível atenção, a palavra dos estudantes - mesmo quando estes usavam de maior sem cerimônia ao pôr o dedo nas feridas expostas da crise educacional. E se declararam dispostos a reconhecer e respeitar o movimento estudantil.

O senador Marco Maciel, ministro da Educação, reconheceu explicitamente na UNE "a maior expressão" da representação estudantil, afirmou que ela "tem um papel a cumprir" e que "a presença do Ministério neste seminário representa o reconhecimento deste papel". Já o professor Aloísio Pimenta, ministro da Cultura, foi ainda mais longe ao recordar o nome do ex-diretor da UNE José Carlos da Matta Machado, que conheceu como líder estudantil ao ocupar

a Reitoria da UFMG, e que foi assassinado sob torturas em 1973.

Um coro com perto de 20 estudantes, talvez sentindo-se sem fôlego para vaiar tantas personalidades do governo, concentrou os apupos e assovios contra o ministro da Educação, interrompendo-o com gritos de "não à conciliação". Porém para o deputado Aldo Arantes (PMDB-GO), também presente, a presença de ministros em eventos da UNE não era novidade. Ele presidiu a entidade em 1961/1962 - uma época de grandes lutas como a "Greve do Um Terço", a "Campanha da Legalidade", e do CPC - e recorda que em seu tempo "a UNE mantinha uma relação de respeito, com o governo, recebia, inclusive recursos do governo, por exemplo para o CPC, mas não havia qualquer subordinação". Para Aldo, o perigo de um atrelamento não pode ser descartado e "é preciso estar atento", mas "a atitude da UNE não poderia ser a mesma frente a um regime ditatorial e frente a um governo democrático".

300 jovens participam do Encontro da UJS

Com a presença de 300 jovens, nove Coordenações Estaduais e núcleos de cinco Estados, realizou-se neste final de semana, em Atibaia, o Encontro Nacional da Juventude Socialista. Nele foi feito um balanço das atividades da UJS e o planejamento para o segundo semestre.

Nos nove meses de existência, a UJS já se converteu num movimento nacional. Possui Coordenações Estaduais em 13 Estados e núcleos em todos os outros, inclusive Rondônia. Esteve presente em todos os eventos juvenis de projeção, do Rock in Rio ao Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais - onde filiou mais de 200 lideranças do campo.

SUPERAR OBSTÁCULOS

Os núcleos começam a ganhar autonomia maior, ligando-se aos problemas locais da juventude, realizando passeios, acampamentos, debates sobre a



Aldo Rebelo, ao centro, num momento de descontração

Constituinte, como no Piauí que reuniu 700 jovens. Promovem torneios esportivos e peças teatrais em cidades operárias, como em Contagem, e participam de campanhas salariais com grande força, como a de Pelotas. Todos os núcleos realizaram no mínimo uma atividade cultural e tiveram presença marcante em todas as atividades desenvolvidas em comemoração ao 100º aniversário da Juventude Internacional da Juventude.

As possibilidades de crescimento da UJS são excelentes, desde que sejam removidos alguns obstáculos. No que toca a organização é preciso consolidar as Coordenações Estaduais, torná-las referências de massa, multiplicar suas iniciativas, encerrar a formação dos núcleos e promover a integração de todos os que se simpatizam com as propostas da UJS.

Por último, o Encontro decidiu acelerar e desburocratizar a Campanha de Filiação. A meta de 50 mil filiados até o final do ano permanece. Nas atividades e nos boletins a panfletos da UJS é preciso ter sempre presente as fichas de filiação, facilitando o processo de inscrição. Aldo Rebelo, coordenação de imprensa da UJS)



Paralisação por empresa dá certo nas lojas do DF

Dois dias de paralisação foram suficientes para que os empregados das Lojas Brasileiras, de Brasília, obtivessem importantes vitórias: a equiparação salarial entre trabalhadores com as mesmas funções e entre balconistas e caixas; pagamento dos dias parados, estabilidade de 75 dias e respeito às condições mínimas de trabalho, como liberdade para uso dos sanitários e cadeiras para os caixas.

A primeira atitude da direção das lojas foi de total endurecimento. Mas, impotente diante da unidade do movimento, da disposição de luta dos 300 empregados da loja, que chegaram a realizar diversas passeatas, inclusive dentro do shopping center e da lucidez da direção do

Sindicato dos Comerciantes, que soube manter um movimento participativo e unitário, não teve outro jeito senão recuar.

A tática de movimentos por empresa, com total envolvimento dos empregados, têm dado certo no comércio de Brasília, inclusive porque a Nova República tem permitido uma atitude civilizada do aparato policial que recusa-se a investir contra os trabalhadores que realizam manifestações pacíficas. Ainda uma semana antes da paralisação o Sindicato dos Comerciantes local ameaçou importante vitória na Rede Panelão, conseguindo diversas vitórias, entre as quais o regime de 36 horas por semana. (Deputado Haroldo Lima - Brasília)

Faculdade de Medicina de Santo Amaro é um "perigo"

Nós, da Faculdade de Medicina de Santo Amaro vimos não só informar o que está ocorrendo conosco, como também alertar sobre o "perigo" que corre a educação de seus filhos.

Nossa faculdade, devido a uma série de transações comerciais, está sendo atualmente "disputada" em caráter judicial por dois grupos que não possuem idoneidade moral para o cargo que pleiteiam. De um lado temos Eneida Tabarelli (esposa de Miguel João Corciov), que está à frente do I.S.A. (Instituto Santo Antônio), antiga mantenedora das Faculdades de Bragança Paulista. Estas Faculdades, só passaram à direção dos franciscanos devido a um escândalo de âmbito nacional, com a venda de diplomas e com a promessa de transferência de alunos matriculados em Ciências Biológicas para o curso de Medicina, o que conferiu a João Corciov processos e mais uma condenação.

Os alunos se posicionaram firmemente contra a entrada de Dra. Eneida Tabarelli (atual presidente do I.S.A.) para administração das

Faculdades de Medicina e Odontologia de Santo Amaro, devido a sua estreita ligação com Miguel João Corciov, o qual é procurador do já citado I.S.A.

Temos também o outro grupo formado pela atual mantenedora, cujo presidente é Chafic Jábali, também portador de ficha criminal positiva; devido a uma série de condutas tomadas em relação ao ensino médico da nossa Faculdade, nos posicionamos a favor da saúde ao menos da direção da mantenedora da OSEC. É importante para a sociedade tomar conhecimento de que o sr. Chafic Jábali é presidente do Sindicato das Mantedoras das Escolas Particulares de 1º e 2º graus, e atualmente pleiteia o cargo de presidente do Sindicato das Mantedoras das Escolas de 3º grau. Vimos assim, pedir a compreensão e o apoio da sociedade para o nosso objetivo de formarmos profissionais competentes para o atendimento da população, que se encontra ameaçado. (Alunos da Faculdade de Medicina de Santo Amaro - São Paulo)



10 mil famílias resistem a despejo em Belém

Em Belém mais de 60% da população trabalhadora vivem de "bico", sem uma remuneração condizente que garanta a milhares de famílias as mínimas condições de vida. Em consequência, muito são os que vivem em amontoado de barracos em áreas alagadas e alguns à procura de um melhor local para fazer sua moradia e não se obrigarem a pagar aluguel ocupam terrenos baldios, sem nenhuma benfeitoria, que antes só serviam de acúmulo de detritos causadores de doenças infecciosas: mas depois da área beneficiada aparecem os ditos donos.

É o que vem ocorrendo com cerca de 10.000 famílias que moram há cerca de 6 anos nos barracos que construíram numa enorme área que atravessa dois grandes bairros, o do Marco e o do Guama. Agora, depois da área limpa e beneficiada a Universidade Federal do Estado se diz proprietária

da referida área e os moradores se vêem sujeitos ao despejo. Estes moradores por não terem uma saída, e por se acharem no direito de possuir o que construíram com dificuldades, resistem à pressão e continuam no local, ao mesmo tempo que tomam iniciativa à nível jurídico.

Diante deste problema as Comunidades Associação dos Moradores do Bairro Marco e o Centro Comunitário Fé em Deus, em apoio à resistência dos moradores pela posse da terra, estão encaminhando as discussões com a finalidade de conseguir a liberação dos terrenos e o Título Definitivo.

O movimento vem crescendo, pois é grande a participação das referidas famílias, e conta com o apoio de todos os democratas.

(Um Comunitário amigo do Jornal Tribuna Operária - Belém - Pará)

Estudante agredida conquista apoio da comunidade de Souza

Na madrugada do dia 23 de junho próximo passado, na cidade de Sousa, no alto sertão paraibano, precisamente na sede do Riachão Campestre Clube, no decorrer das festividades juninas naquela cidade, o Dr. Cesar Gadelha Camarão, médico oftalmologista, residente e domiciliado na mesma cidade, abordou a acadêmica de Direito do Campus de Sousa, Maria Lucena Lopes e esboçou um gesto de desrespeito moral à vítima. Esta, não aceitando a ofensa, tomou a iniciativa de reclamar ao titular da agressão, obtendo como resposta outro gesto de violência que culminou em agressão física.

Criou-se um caso de polícia, haja visto que o agressor consumou o crime de injúria grave, apenado em Lei pelo Código Penal Brasileiro, em seu art. 140 § 2º. O fato revoltou toda a comunidade sousesense, especialmente a Acadêmica que, imediatamente, iniciou um movimento de repúdio à atitude agressiva do

médico e, ao mesmo tempo, de solidariedade à estudante vítima da agressão. O Departamento Feminino do DCE da UFPB, representado no Campus VI em Sousa pela acadêmica de Direito Maria Socorro de Oliveira deu início ao movimento de solidariedade à estudante agredida, denunciando o fato à imprensa falada. Em seguida, o Grupo Pró-Associação da Mulher enviou moções de repúdio aos Grupos Feministas de todo o Brasil.

O Campus VI em Sousa deu total e irrestrito apoio à estudante através da tutela jurídica e ainda lançando moções de repúdio através do Diretório Acadêmico e do Departamento de Ciências Jurídicas; o Campus V de Cajazeiras também se manifestou contra o ignóbil e agressivo ato, enviando à vítima um abaixo-assinado que continha assinaturas de estudantes daquela instituição. (Estudantes de Sousa - Paraíba)

Fala, Povo!

Povo ordeiro, gente humilde, trabalhador varonil povo grande, gente simples deste imenso Brasil

Grita, povo, por seus direitos! Suas lutas não são em vão Viva José, viva Maria, viva João!

Fala Povo! nestes corações existe paz, existe amor não só tristeza e solidão. Minha gente, vamos gritar para vitórias conquistar

O seu grito de liberdade paira neste grande país sonhos de um dia sermos livres destas grandes maldições

O povo quer trabalhar o povo quer soluções Fala Povo! Terra, trabalho, liberdade, são nossas reivindicações.

Não sou poeta nem rimador não sou doutor nem grandalhão, sou um simples operário da luta e da emancipação

Fala Povo, de suas mágoas de sua vontade de mudar pois esta situação que existe não dá para enfrentar

Fala Povo, de seus direitos direitos de cidadão unidos todos um dia faremos a revolução.

(Mário Carneiro dos Santos - homenagem ao Fala o Povo - São Paulo - SP)

A fome está matando a população de Tacima, Paraíba

Em Tacima, na Paraíba, 95% da população são trabalhadores rurais, sem terra. Plantam em fevereiro e março e lucram em maio ou junho. A terra fica depois para o gado.

O agricultor colhe e deixa a forragem para o gado. Trabalha em cima das serras, nas piores condições possíveis. Tudo lá é contra o pobre. Alguns que são funcionários da prefeitura ganham Cr\$ 50 mil por mês. Para com-

pletar têm um roçado nas condições acima ditas. Vão trabalhar com fome e fracos.

O salário-família é de apenas Cr\$ 1.200, pagos pela prefeitura. A fome está matando o povo. Muita gente já escreveu para o presidente pedindo solução para a fome. Lá só se come feijão com massa. E quando tem feijão. (Irmã S.J.-Tacima, Paraíba)

Nova diretoria na Comunidade Ouro Preto na cidade de Olinda

Realizou-se no dia 6 de julho a solenidade de posse da nova diretoria da Associação da Comunidade de Ouro Preto em Olinda, Pernambuco.

O ato festivo teve início às 9 horas e prolongou-se até as 17:30 horas. Contou com o apoio da comunidade local. Durante os festejos houve competições esportivas com prêmios de futebol, vôlei, basquete, etc. (Francisco Machado, presidente eleito - Olinda, Pernambuco)

uma Tarde Infantil com diversas atrações.

Culminando com o ato solene de posse às 20 horas, com a presença do deputado Luciano Silveira ocorreu a entrega de troféus e medalhas dos vencedores das competições. A posse foi realizada no Centro Esportivo e Cultural Ouro Preto. (Francisco Machado, presidente eleito - Olinda, Pernambuco)

Amigo leitor: o Fala o Povo é uma seção inteira a sua disposição. Aqui você pode dizer o que pensa sobre os acontecimentos em curso no país, como a implantação da Nova República, as greves, a inflação etc. É um espaço para denúncias da exploração no seu local de trabalho e para propostas de como resolver os problemas que nosso país enfrenta. Use este espaço que é seu e a seu serviço. (Olivia Rangel)



fala o POVO



Chefe de Pessoal cria clima de terror para funcionários do Idago

Nós, funcionários do Instituto do Desenvolvimento Agrícola de Goiás, (Idago) gostaríamos de tornar pública denúncias contra o chefe de divisão de Administração de Pessoal, sr. Genesmar, que vem praticando atos de violência e truculência contra os servidores do referido órgão.

Os funcionários do Idago vivem hoje num verdadeiro clima de terror em virtude das demissões, perseguições e intrigas praticadas pelo sr. Genesmar. Na qualidade de chefe de Administração de Pessoal, ele controla tudo e todos. Acumula funções de presidente da Comissão de Licitação contra quem existe um processo tramitando, denunciando a prática de atos ilícitos.

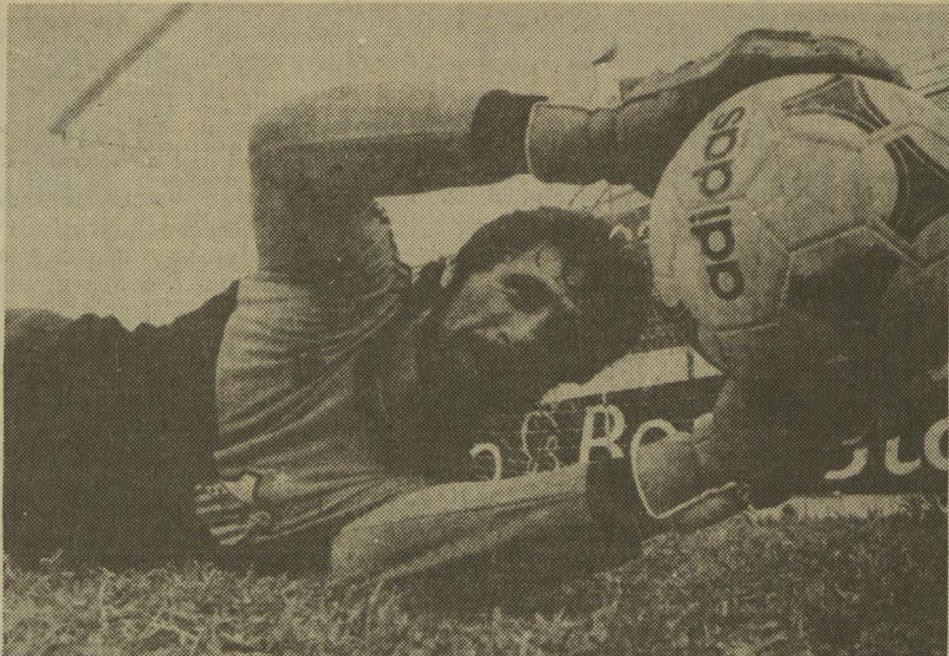
Este senhor controla uma tesouraria paralela que funciona em sua pasta pessoal, usando-a a seu bel-prazer, sem que ao menos se submeta a fiscalização das finanças públicas do Estado. Retém processos de interesse dos servidores atrasando-os até seis meses; corta ponto de funcionários de acordo com sua conveniência e interesse pessoal; proíbe a afiação de avisos de nossa enti-

dade, a ASI.

Não terminam aí as arbitrariedades: ele ameaça servidores no sentido de não participarem das reuniões da ASI; coloca trabalhadores pra prestar serviços de seu interesse pessoal, como conduzir sua esposa ao médico ou às compras; oferece vantagens excessivas a uma minoria de funcionários em detrimento da grande maioria.

Nega-se a pagar diárias conforme os valores estabelecidos a partir de 1º de Maio; efetua a remoção de servidores indiscriminadamente; diante da derrota de seu candidato à presidência da ASI, desencadeou uma perseguição desenfreada contra nossa entidade, inclusive retirando nossa gratificação de função para tentar sabotar as atividades da ASI.

Estes fatos são inconcebíveis na Nova República, quando existem perspectivas de novos dias, quando devemos abandonar os métodos dos velhos tempos e partir para a construção da nova realidade que tanto queremos. A democracia exige que façamos a defesa dos bens como a justiça, segurança e liberdade. (Grupo de funcionários do Idago - Goiânia - Goiás)



Rodolfo Rodrigues, capitão do Santos, anunciou a disposição de greve do time

A falência ronda os grandes times

A desclassificação dos times grandes nas semifinais da Taça de Ouro trouxe mais uma vez à tona um problema quase crônico no futebol brasileiro: como se arranjam os que ficam de fora? O Santos, campeão paulista que não chegou sequer à segunda fase, já sente as consequências. Através o pagamento de seus jogadores e enfrentou um movimento reivindicatório, com ameaça de greve.

As duas maiores torcidas do Brasil não verão seus times nas finais da Taça. Corinthians e Flamengo lamentam agora a saída precipitada. No alvi-negro paulista, as estimativas variam: de Cr\$ 1 bilhão a 2 bilhões; no time carioca, os cartolas calculam em Cr\$ 1 bilhão suas perdas.

O caso do Santos, porém, é mais grave. No início do ano, teve de se desfazer de duas de suas maiores estrelas, **Serginho e Paulo Isidoro**. Não podia mais arcar com a folha de pagamentos.

PÚBLICO EM FUGA

Toda vez que começa uma temporada, os clubes têm pelo menos uma reclamação idêntica: os torcedores não são rentáveis (para a maioria, acabam sendo mesmo deficitários). O público continua fugindo dos estádios. Comparando-se a segunda fase da Taça de Ouro deste ano com a do ano passado, a média de torcedores caiu de 19.234 (1984) para 17.870 (1985). Ao todo, os 512 jogos do Campeonato Nacional disputados até agora foram assistidos por uma média de 12.233 pessoas.

O fenômeno se repete nos dois maiores campeonatos regionais, os do Rio e de São Paulo. Em ambos, o público de 1984 ficou abaixo do de 1983.

O Instituto Gallup pesquisou as causas do abandono dos estádios e constatou que está caindo o interesse pelo futebol. Se em 1971, na cola do tricampeonato no México, 72% dos entrevistados se diziam "muito interessados" pelo esporte, no final do ano passado este índice caiu para 23%!

CLUBES ARRUINADOS

Rendas em queda, os times se vêm em meio a dificuldades crescentes. Se o Santos esteve ameaçado de greve na semana passada, o Botafogo manteve seus jogadores meses a fio sem receber, perdeu a sede e esteve às portas da falência. Até mesmo o São Paulo Futebol Clube, mantido pela alta burguesia paulista, acabou montando este ano um time de novatos, para fugir aos salários inflacionários das grandes estrelas.

Este encarecimento das folhas de pagamento, concentradas em alguns grandes nomes que recebem quantias fabulosas, é uma das distorções do futebol na atualidade. O Corinthians, por exemplo, diz pagar salários mensais de Cr\$ 350 milhões e calcula que custa Cr\$ 30 milhões colocar o time em campo.

Preocupados acima de tudo com lucros, os cartolas lembram-se de tudo. Inventaram as mais variadas fórmulas para disputar campeonatos; leiloaram nossos craques para o exterior; até a carne do tipo "Silvio Santos" recorreram. Só que se "esqueceram" do futebol. Rejeitados pelos torcedores, que abandonaram os estádios, topam agora com a resistência dos jogadores que, por sua vez, não aceitam pagar pela crise de direção do futebol brasileiro.

(Silvio Queiroz)

Faça os cursos do CEPS

Brasil de nossos dias - uma perspectiva socialista. Curso político, 12 aulas. Início em 29 de julho. Aulas às 2ª, 4ª e 6ª feiras, das 19 às 22 hs, em Osasco, Rua Virgínia Aurora Rodrigues, 525 A. Com apostilas, livros e certificados. Taxa de inscrição: Cr\$ 40 mil.

Os fundamentos teóricos do socialismo científico. Nova turma em agosto. Inclui temas como Materialismo, Dialética, Estado, Mais-Valia.

Os fundamentos teóricos do socialismo científico. Curso por correspondência. Com apostilas, textos de apoio, indicações bibliográficas, questionários. Indispensável para operários, profissionais liberais, estudantes e ativistas do movimento popular e sindical.

O PC do B na eleição municipal. Seminário. Sábado, 3 de agosto, das 9 às 17 horas, na Câmara Municipal de São Paulo, 10º andar. Por um programa democrático para São Paulo. Participe!

Maiores informações com o Centro de Estudos e Pesquisas Sociais (CEPS), rua França Pinto, 330, Vila Mariana, telefone 575.2416, São Paulo.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011). Telex: 01132133 TLOBR

Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira

Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel

ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobrelaje, CEP 57000-Maceió; Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.

AMAZONAS - Manaus: Rua Simon Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.

BAHIA - Camacari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Santos Dumont, 218 - Centro CEP 44100.

Itabuna: Av. do Cinquentário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45800. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro - CEP 45800. Rua Américo Alves, 8-A - CEP 44060. Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500. Salvador: Rua Independência, 27 - Centro - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimes) - CEP 43700.

DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.

CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguaçu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 79960. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.

ESPIRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.

GOIÁS - Goiânia: Rua 3, nº380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.

MARANHAO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000.

MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5096 - CEP 78000.

MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.

MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7805 - CEP 30000.

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000.

PARAIBA - João Pessoa: Rua Duque de Caxias, 540, 2º andar, sala 201 - Caladão - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Rua Venâncio Neiva, 318, 1º andar - CEP 56100.

PARANÁ - Curitiba: Rua Tibagi, 428 Fone: 234-7484. CEP 80000. Londrina: Rua Sergipe, 984, sala 205, 2º andar - CEP 86100.

PIAUÍ - Teresina: Rua Barroso, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000.

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vígino Batista, 236 - CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000.

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua dos Andradas, 1204, 3º andar, sala 3 - CEP 90000.

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Deodoro, 766 - Cidade Alta - R.M. CEP 59000.

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua dos Andradas, 1204, 3º andar, sala 3 - CEP 90000.

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua dos Andradas, 1204, 3º andar, sala 3 - CEP 90000.

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua dos Andradas, 1204, 3º andar, sala 3 - CEP 90000.

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua dos Andradas, 1204, 3º andar, sala 3 - CEP 90000.

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua dos Andradas, 1204, 3º andar, sala 3 - CEP 90000.

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua dos Andradas, 1204, 3º andar, sala 3 - CEP 90000.

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua dos Andradas, 1204, 3º andar, sala 3 - CEP 90000.

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua dos Andradas, 1204, 3º andar, sala 3 - CEP 90000.

26100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20. Aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 90000. Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200.

RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua do Rosário, 135, sala 302 - Centro - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedroza, 33, sala 319 - CEP 26000.

SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.

SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saravira, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 219, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200.

SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Oviado Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição: Past-Up e Fotolite. Litografia: Fotolite Ltda. Fone: 279-3646. Impressão: Cia Jorú, Fone: 815-4999 - São Paulo - SP

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição: Past-Up e Fotolite. Litografia: Fotolite Ltda. Fone: 279-3646. Impressão: Cia Jorú, Fone: 815-4999 - São Paulo - SP

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição: Past-Up e Fotolite. Litografia: Fotolite Ltda. Fone: 279-3646. Impressão: Cia Jorú, Fone: 815-4999 - São Paulo - SP

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição: Past-Up e Fotolite. Litografia: Fotolite Ltda. Fone: 279-3646. Impressão: Cia Jorú, Fone: 815-4999 - São Paulo - SP

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição: Past-Up e Fotolite. Litografia: Fotolite Ltda. Fone: 279-3646. Impressão: Cia Jorú, Fone: 815-4999 - São Paulo - SP

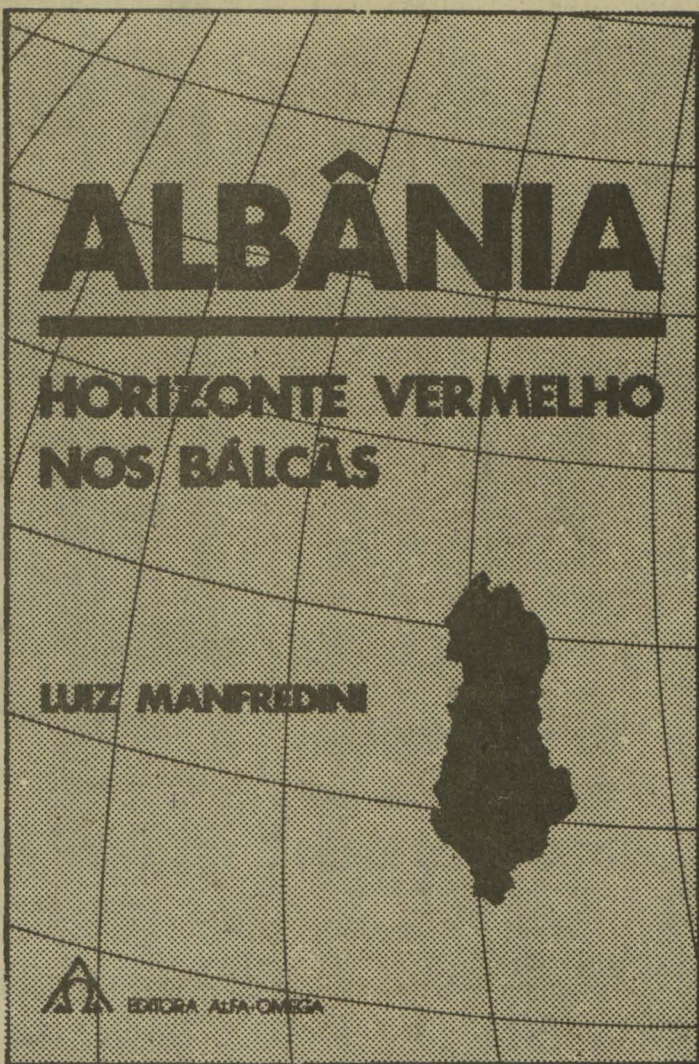
Livro conta como é a vida na Albânia

Será lançado dia 8, em Curitiba, o livro **Albânia, Horizonte Vermelho nos Balcãs**, do jornalista paraense Luiz Manfredini. Trata-se da segunda obra da editora Alfa-Ômega sobre o pequeno país europeu que mantém-se firme na construção do socialismo.

Albânia - Horizonte Vermelho nos Balcãs apresenta um programa completo e atualizado da vida socialista da Albânia de hoje - os sistemas econômico e político, a indústria, a agricultura, a organização social, a educação, a cultura, a saúde, o esporte, o lazer, a história.

Segundo o editor Fernando Mangarielo, da Alfa-Ômega, "o primeiro livro sobre a Albânia que publicamos, 'O socialismo na Albânia, um repórter brasileiro no país de Enver Hoxha', de Jayme Sautchuk, logo teve uma segunda edição, e é possível que tenha uma terceira edição ainda este ano. Assim, quando o jornalista Luiz Manfredini me apresentou seu trabalho sobre a Albânia, logo vi que era uma obra de interesse para o público - não só para políticos e simpatizantes da Albânia, para todos os que se interessam pelo socialismo e por uma boa reportagem".

Mangarielo destaca que o livro de Manfredini "é mais



opinativo do que o de Jayme Sautchuk. Mas também é mais orientador e mais rico em opinião e análises. Entre outras coisas, devido à própria dimensão do livro - 240 páginas (o de Jayme tem 176)."

Para a Editora Alfa-Ômega, "**Albânia, Horizonte Vermelho nos Balcãs** não é apenas um denso perfil da atualidade albanesa, mas uma minuciosa anatomia do desenvolvimento socialista do país nas quatro últimas

décadas, que não se exime de avaliar temas habitualmente polêmicos como, por exemplo, a coletivização da agricultura, a ditadura e a democracia no socialismo; o partido único, o ateísmo; a economia planificada e a política externa que fustiga o hegemonismo, seja norte-americano, seja soviético, seja chinês".

Luiz Manfredini visitou a Albânia durante três semanas: "conheci suas principais cidades, visitei fábricas, cooperativas agrícolas, fazendas estatais, escolas, hospitais, museus, casas de cultura, centro de lazer, etc. Ainda sobrou tempo para perambular pelas ruas, bares, restaurantes, hotéis e melhor captar, no cotidiano, o perfil do cidadão comum.

Ao final da estada, os albaneses ainda me presentearam com uma penca de livros e documentos que me foram extremamente úteis para melhor compreender a sociedade albanesa".

Albânia - Horizonte Vermelho nos Balcãs terá seu lançamento na casa Romário Martins, às 2h30m, em Curitiba, dia 8 de agosto. O livro pode ser solicitado pelo reembolso postal à Editora Anita Garibaldi, Av. Brigadeiro Luiz Antônio, 317, conjunto 43, São Paulo, CEP 01317. O preço de lançamento é Cr\$ 38 mil.

A SBPC aprendendo a jogar

"Nem sempre ganhando, nem sempre perdendo. Mas aprendendo a jogar". A música de Elis Regina pode definir o novo na primeira reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência na Nova República. O governo fez um grande investimento na explicitação de informações e na busca de respaldo e legitimação na comunidade científica e, através dela e dos meios de comunicação, com a sociedade brasileira.

Nesta SBPC debateram seis ministros - da Justiça, Educação, Ciências e Tecnologia, Cultura, Saúde e da Reforma Agrária. Também

convidados pela direção da SBPC, participaram os dirigentes de órgãos de segundo escalão na área de política científica e tecnológica (CNPq, Finep, Capes etc.), e tantos outros órgãos que nosso espaço não permite listar.

Desta realidade a primeira conclusão que se impõe é a de que estamos em novos tempos e que os dirigentes da Nova República dialogam (ainda que, várias vezes, as respostas não tenham o nível de concretude e eficácia que consideramos necessário).

A reunião da SBPC colocou a absoluta evidência

de novos tempos e nela pode-se constatar que a comunidade científica e cultural estava experimentando um novo relacionamento com o governo. Um relacionamento que, por ser mais complexo, por exigir, ao mesmo tempo, a formulação de propostas concretas que obtenham apoio político-social e a manutenção de uma postura de independência e avaliação crítica, é mais difícil. Exige maior competência e articulação política que a participação na grande frente de rejeição e mobilização contra o regime militar.

Este desafio mais claro

nos grandes eixos do debate nesta SBPC - a nova política científico-tecnológica, a questão da universidade, a Constituinte - perpassou grande parte dos debates nas salas de comunicações e ao ar livre.

Diferente no novo tempo, a reunião, apesar de alguma redução no número de inscritos (foram 4.693, enquanto se esperava até 6 mil), provocada por várias causas (o ano letivo em curso em universidades federais que fizeram a greve de 1984, a apresentação de trabalhos em outros fóruns científicos, a abertura de múltiplos canais de expressão social, a redução das atividades promovidas pela diretoria da SBPC) continua sendo o grande fórum de apresentação e reconhecimento da produção científica no Brasil. Produção apresentada em 2.151 comunicações, 55 simpósios, 65 mesas redondas, 42 cursos, 60 conferências, 40 mini-conferências. De uma comunidade que além das posições tomadas na Assembleia Geral da SBPC, definiu-se em 27 encontros e 16 assembleias de sociedades científicas. (Joviniano Neto, presidente da Associação dos Professores Universitários da Bahia, membro do Conselho Nacional da SBPC)



Cientistas e estudantes de todo o Brasil se inscreveram na 37ª reunião da SBPC em Minas



Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

- | | | |
|------------------------------------|--------------------------|--------------|
| Anual (52 edições) | ☐ | Cr\$ 100.000 |
| Anual Popular (52 edições) | ☐ | Cr\$ 50.000 |
| Semestral (26 edições) | ☐ | Cr\$ 50.000 |
| Semestral Popular (26 edições) | ☐ | Cr\$ 25.000 |
| Assinatura trimestral (13 edições) | ☐ | Cr\$ 12.500 |
| Anual para o exterior (em dólares) | ☐ | US\$ 70 |

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____
Cidade: _____ CEP: _____
Estado: _____
Profissão: _____
Data: _____

Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde. Colabore com a Campanha Nova República da T.O.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grubois

Viver no cortiço é um sufoco

Mais de um terço da população da cidade de São Paulo mora em cortiços - cubículos apertados, sem as mínimas condições de higiene. Habitados em sua grande maioria por migrantes, pagam aos sublocadores - uma espécie de "Máfia dos cortiços" - entre Cr\$ 100 mil a Cr\$ 200 mil por um quarto. "Acho horrível isso aqui", desabafa uma moradora do Brás. Mas é obrigada a continuar ali porque seu marido não tem condições financeiras para alugar uma casa.

O Brás foi um dos primeiros bairros industriais de São Paulo, com uma grande população de imigrantes italianos. Após a desativação ou transferência de suas principais fábricas o bairro entrou em decadência e passou a receber um grande contingente de migrantes nordestinos. Hoje, é uma das maiores concentrações de cortiços da capital paulista.

Na rua do Hipódromo, nº 203, está um destes cortiços, também conhecido por "pensões". Berenice Nogueira Feliciano, mãe de um casal de filhos reside num quarto de três por quatro metros. "Faz 10 meses que eu moro aqui", afirma Berenice, fisionomia cansada, falha nos dentes, demonstrando mais idade do que realmente tem.

As cinco famílias que moram na "pensão" do 203 e as três ao lado - todas da mesma sublocadora - estão para sofrer despejo. É uma situação absurda. A arrendatária deixou de pagar o aluguel (apesar dos moradores terem pago regularmente) e

o proprietário entrou com ação de despejo. Apesar das condições precárias, goteiras, umidade, falta de ventilação, as famílias não têm outro lugar para ir. "A qualquer momento eles vão cortar a água e luz", diz uma moradora.

"Os sublocadores agem como se fossem uma máfia"

O marido de Berenice é guarda-noturno e durante o dia faz cobranças para lojas. O motivo que o levou a morar no Brás foi a proximidade do trabalho. Eles pagam Cr\$ 150 mil pelo aluguel do quarto. "Acho horrível aqui. Todo dia penso em morar numa casa", relata a carioca Berenice, morando em cortiços há 32 meses. Ela recorda com amargura da outra "pensão" onde morou, na rua Dr. João Alves de Lima, muito pior do que a atual. "Eram 45 quartos e só três banheiros. Na hora de usar o



Foto: Eduardo Cruz

"Pensão" da rua do Hipódromo: famílias serão despejadas sem dever nada. No interior espaço mínimo para uso dos moradores

banheiro era um tal de bater na porta..."

Tânia, a sublocadora, é patroa de cerca de 20 outros cortiços. Na maioria dos casos os intermediários sublocam várias "pensões". A irmã Emília Margenari, da Pastoral das Áreas Carentes de São Paulo, denuncia esse tipo de comércio: "Pela minha experiência, sei que existem pessoas que controlam estas casas antigas, deterioradas, transformadas em cortiços. São tão fortes que

agem como se fossem uma máfia. Mas é muito difícil identificá-los, chegar até eles".

Nas áreas urbanas do país existem mais de 600 mil cortiços, nas mesmas condições ou mesmo piores que os do Brás. Por que essas pessoas se sujeitam a morar nesses lugares e serem vítimas de todo tipo de exploração? Uma das causas são os baixos salários, que levam o trabalhador a morar próximo do local de trabalho, economizando tempo e dinheiro com condução. Outras vezes não têm como enfrentar a ditadura da lei do inquilinato: não conseguem um fiador e muito menos pagar três meses de aluguel adiantado.

Os cubículos não possuem sequer janelas externas

Tradicional bairros em decadência do centro da cidade como o Brás, Bela Vista e Bom Retiro, concentram o maior número de cortiços. São antigos casarões divididos com paredes de eucatex e sem as mínimas condições sanitárias e de segurança. Vivem em média



Renda familiar em favelas e cortiços

FAVELADOS		ENCORTIÇADOS	
Faixa de renda (salário-mínim)	% dos residentes	Faixa de renda (salário-mínim)	% dos residentes
0 - 1	19,0	0 - 2	27,8
1 - 2	46,0	2 - 4	41,0
2 - 3	21,0	4 - 7	22,2
3 - 5	12,5	7 - +	09,0
5 - 7	01,5		

Fonte: SEMPLA/SEHAB/FABES "Plano Habitacional do Município de São Paulo", agosto, 1983.

3,6 pessoas por cômodo, sendo que na maioria das vezes esses cubículos não possuem sequer janelas externas. Devido à divisão improvisada e sem janelas, a circulação de ar se torna difícil. No geral não existem cozinhas coletivas e os moradores - são obrigados a cozinhar dentro dos quartos. Cada banheiro é utilizado no mínimo por cinco famílias.

Outro problema é a falta de segurança. Como as instalações elétricas nestes casarões é muito antiga, contendo fios descascados e emendados, com constantes sobrecargas, o risco de incêndio é muito grande. Nenhum destes cortiços tem alvará de funcionamento, pois, apesar de estarem à vista de todos, são considerados clandestinos pela lei. Os técnicos da Secretaria da Família e do Bem Estar Social dizem que se fossem cumprir a lei poderiam fechar centenas de cortiços,

mas deixariam milhares de desabrigados.

O cortiço é o tipo de habitação que mais cresce em São Paulo. Em dez anos - de 1975 a 1985 - o número de encortiçados passou de 675 mil para mais de 3 milhões no município. A crise econômica está diretamente ligada com esta explosão. Dois terços destas famílias ganham até quatro salários-mínimos (veja o quadro) e 42% vieram de moradias uni-familiares, por não poderem continuar pagando os aluguéis de casas. A maioria absoluta dos moradores de cortiços (87%) é formada por migrantes.

A escola foi desativada e virou cortiço

No Brás, há ruas, como a Brigadeiro Machado, quase só de casarões transformados em cortiços. Até escolas, como a Luciano Maia, foram desativadas e hoje alojam dezenas de famílias em suas antigas salas de aula. Peri Pereira, mais conhecido como seu Segunda mora há 45 anos no bairro. "Quando eu vim pra cá não tinha cortiço" conta. Desempregado, sobrevivendo de bicos, Segunda mora numa "pensão", pagando Cr\$ 100 mil por um quarto, fora água e luz. Ele fala da precariedade de sua moradia: "Quando chove tem muita goteira e fica tudo alagado. O corredor fica igual a um rio".

No portão em frente a um sobrado da rua Brigadeiro Machado, abaixo de uma placa onde se lê: "Aluga-se quartos", um senhor de meia idade fala da situação ali. "Aqui moram 20 famílias. Já cortaram a água (e mostra o cano lacrado na calçada) e só tem chuveiro frio". E num sorriso sarcástico comenta: "Aqui esquentam os moradores". (Myrtha Rac'z, Eduardo Cruz e Domingos Abreu)



Foto: Arquivo TO

Cortiço do início do século, onde "a classe pobre se junta, fustigada pela dificuldade de viver"

"Construções insalubres e repulsivas"

O problema das péssimas condições de moradia nas capitais tem sido noticiado na imprensa desde o século passado. No Rio de Janeiro daquela época, os cortiços - galpões de madeira subdivididos internamente - eram habitados quase sempre por serventes, carregadores e funcionários públicos humildes. Seus proprietários, geralmente um português dono de armazém próximo ou até mesmo algum aristocrata. O conde D'Eu, marido da princesa Isabel, por exemplo, possuía um imenso cortiço onde moravam mais de 4 mil pessoas.

Entre 1892 e 1910 a população de São Paulo saltou de 31 mil pessoas para 239 mil. Junto com esse crescimento, dispararam os preços dos aluguéis e proliferaram os cortiços. Documentos da época mostram as péssimas condições de higiene nestes locais. O "Boletim do Departamento Estadual do Trabalho", de São Paulo, do 1º trimestre de 1916, relatava: "Mudando-se para o cortiço, a família é obrigada a morar em um só ou em dois cômodos. Abandona a higiene e limita o espaço que ocupa. Só assim consegue resolver o problema da habitação: expondo-se ao contágio de um meio malsão e condenando os próprios filhos às imoralidades da vida promíscua".

"CONSTRUÇÕES REPULSIVAS"

Os baixos salários obrigavam os trabalhadores a suportar a vida miserável nos cortiços. Os relatórios das autoridades constataavam - de maneira preconceituosa - a precariedade destas habitações, sem, no entanto, tomarem nenhuma medida para amenizar tal situação. O Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Efigênia, datado de 19 de outubro de 1983, dizia: "É preciso cuidar da

unidade urbana, a habitação, não já da habitação privada, mas daquela onde se acumula a classe pobre, a estalagem onde pulula a população operária, o cortiço como vulgarmente se chamam essas construções acanhadas, insalubres, repulsivas algumas, onde as forças vivas do trabalho se juntam em desmedida, fustigadas pela dificuldade de se viver numa quase promiscuidade que a economia lhes impõe, mas que a higiene repele".

No início do século pagava-se em média para morar num cortiço 40 mil réis por mês. Para se obter uma renda mensal de 50 mil réis o operário tinha que trabalhar de 12 a 16 horas diárias, inclusive aos sábados e pelo menos dois domingos por mês. E assim mesmo eram comuns os despejos por falta de condições de pagamento.

Os operários eram contundentes ao denunciar esta precariedade. O jornal "El Grito del Pueblo", da colônia de imigrantes espanhóis em São Paulo, em sua edição de 20 de agosto de 1899, denunciava: "A lei que permite aos proprietários uma ação executiva contra os inquilinos é a maior iniquidade já praticada por legisladores burgueses contra o proletariado. Foram cometidos os maiores atos de selvageria contra muitos desgraçados que não podiam pagar os aluguéis".

"O proprietário avaro procura um bacharel qualquer a esses locais do capitalismo, por meio de um mandado de despejo, vão à casa do miserável inquilino acompanhados por uma turma de soldados e oficiais de justiça, arrancando os móveis do infeliz, a cama dura em que repousa, e até mesmo as esteiras, que são levadas para o depósito público".

Mais adiante o jornal opina: "É um crime um indivíduo possuir mais de uma casa enquanto milhares de seres vivem em cortiços, apinhados como moscas".



Foto: Eduardo Cruz

Seu Segunda: goteiras no quarto

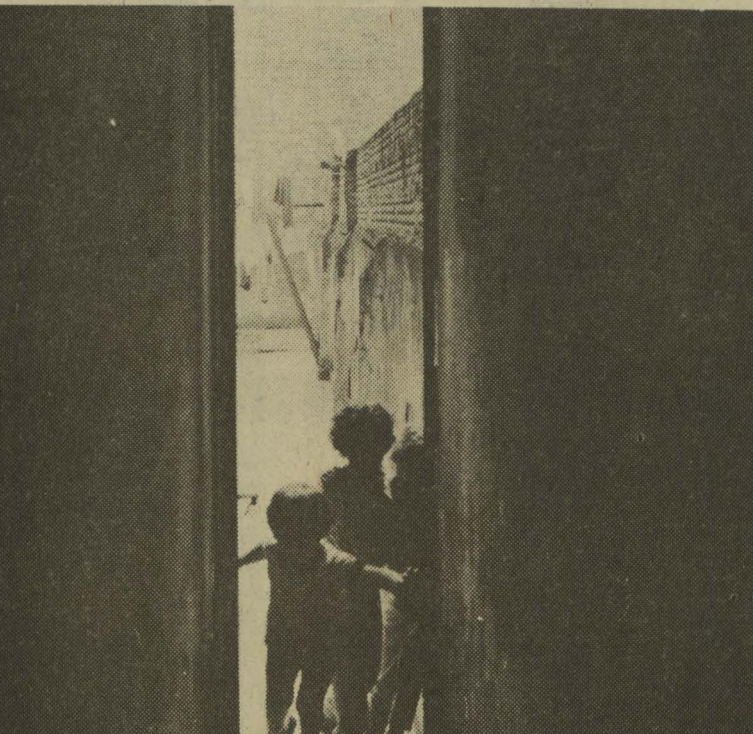


Foto: Eduardo Cruz

Um mundo estreito, frio e insalubre para a criança encortiçada

CDM

Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício Cardoso